



Ata = 0.7/2022
Ata nº 7/2023
4ª Sessão Extraordinária de 2023 - Mandato 2021-2025
Reunião de 30 de junho de 2023
Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, em cumprimento da convocatória
emanada nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a
Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Extraordinária, realizada no Salão Nobre dos Paços do
Concelho, na freguesia e concelho de Portimão, sob o Presidente em exercício, Carlos Alberto Garrinho
Gonçalves Café, coadjuvada por José Júlio de Jesus Ferreira e Alzira Maria Maças Calha, p´lo
Primeiro e Segunda Secretários da Mesa

NOMES DOS MEMBROS DA	,
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
Ana Sofia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Andreia Filipa Muchacho de Sousa	Partido Socialista
Cristiano Damaso Malha Gregório	Partido Socialista
José Luis Mateus Barbudo	Partido Socialista
Alzira Maria Maças Calha	Partido Socialista
António Alves Alferes Pereira	Partido Socialista
Nuno Filipe Marcelo Monteiro	Partido Socialista
Paulo Fernando Matinhos Coelho Silva	Partido Socialista
Carlos André Valada Roque dos Reis	Partido Socialista
Vogal da Junta de Freguesia de Portimão	
Mónica Isabel Martins Fernandes	Partido Socialista
Secretária da Junta de Freguesia de Alvor	
José Vitorino da Silva Nunes –	Partido Socialista
Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	
Natalino António Gomes Alves	Partido Social Democrata
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata
Raquel Gonçalves Bernardino	Partido Social Democrata
Ricardo Jorge da Silva Viana	Partido Social Democrata
Bruno Miguel Lourenço Candeias	Partido Social Democrata
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente





Paulo Jorge Nascimento Canha	CHEGA
Jorge Daniel Alves Carneiro de Melo	CHEGA
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco Esquerda
Marilu Veiga Correia Batista Santana	Bloco Esquerda
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS -
	PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Sandra Cristina Lopes	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS -
	PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)
César Rodrigo Simões Valente	PAN

------Não esteve presente, a seguinte deputada municipal: -------

NOMES DOS MEMBROS DA	Força Política
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	
Patrícia Alexandra Gonçalves Ferro	Chega

4ª Sessão Extraordinária de 2023 Da	ata: 30 de junho de 2023
-------------------------------------	--------------------------

FORÇA POLÍTICA	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
BE	Marco Paulo Pereira	6 meses	20/04/2023 A 20/10/2023	Marilu Veiga Santana
Chega	Luís Filipe Alves Custódio	1 ano	02/06/2023 A 02/06/2024	Patrícia Alexandra G. Ferro
Chega	Mário Nelson B. Espinha	1 dia	30/06/2023	Jorge Daniel Alves C. de Melo
PSD	Carlos Eduardo G. Martins	19 dias	12/06/2023 A	Raquel Gonçalves Bernardino





			30/06/2023	
PSD	Cristina Maria de Sousa Velha	1 dia	30/06/2023	Ricardo Jorge da Silva Viana
PSD	Américo da Conceição Leonor Mateus	1 dia	30/06/2023	Bruno Miguel L. Candeias
Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Alian ça	Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	1 dia	30/06/2023	Sandra Cristina Lopes
PS	Pedro Jorge Moreira	19 dias	12/06/2023 A	Cristiano Malha Gregório
			30/06/2023	
PS	Carlos Alberto Osório	1 dia	30/06/2023	José Luis Mateus Barbudo
PS	Joaquim Paulino P. Duarte	1 dia	30/06/2023	Alzira Maria Maças Calha
PS	Rui Miguel da Silva Algarve	1 dia	30/06/2023	João Pedro Marreiros Rosa
PS	João Pedro Marreiros Rosa	1 dia	30/06/2023	Paulo Jorge Santos Riscado
PS	Paulo Jorge Santos Riscado	1 dia	30/06/2023	Maria de Lurdes M. S. Reis
PS	Maria de Lurdes M. S. Reis	1 dia	30/06/2023	António Alves Alferes Pereira
PS	Isabel Andrez Guerreiro	1 dia	30/06/2023	Dário José Pereira dos Reis
PS	Dário José Pereira dos Reis	1 dia	30/06/2023	Ana Isabel Gonçalves Vieira
PS	Ana Isabel Gonçalves Vieira	1 dia	30/06/2023	João Ramos Catarino
PS	João Ramos Catarino	1 dia	30/06/2023	Avelino Borges Varela
PS	Avelino Borges Varela	1 dia	30/06/2023	Ana Catarina Martins Sousa
PS	Ana Catarina Martins Sousa	1 dia	30/06/2023	Nuno Filipe Marcelo Monteiro
PS	Sheila Gassin Tomé	1 dia	30/06/2023	Luis Carlos Costa Paiva
PS	Luis Carlos Costa Paiva	1 dia	30/06/2023	Ana Filipa Barradas Correia
PS	Ana Filipa Barradas Correia	1 dia	30/06/2023	Paulo Fernando Coelho Silva
PAN	Daniela Marlene da Conceição Duarte	1 dia	30/06/2023	César Rodrigo Simões Valente





Força	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE	DATA	NOME DO MEMBRO
política		SUBSTITUIÇÃ	INÍCIO/FIM	SUBSTITUTO
		0		
PS	Maria da Luz Santana	1 dia	30/06/2023	Carlos André Valada Roque dos
	Nunes		30/00/2023	Reis
PS	Ivo Miguel Inácio	1 dia	30/06/2023	Mónica Isabel Martins
	Carvalho		30/06/2023	Fernandes

------A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Isilda Varges Gomes	Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa dos Santos Mendes	Vereadora - Partido Socialista
José Pedro Henrique Cardoso	Vereador – Partido Socialista
João Vasco Gambôa	Vereador – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Ana Maria Chapeleira Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador – CHEGA

-----Quando eram vinte e uma horas e sete minutos, constatada a existência de quórum, o Presidente em exercício, Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café, declarou aberta a 4ª Sessão Extraordinária de 2023, cumprimentando todos os presentes. ----------Em seguida, começou por explicar que foi rececionada uma inscrição, para o ponto 1) da ordem de trabalhos, designado para a intervenção dos cidadãos. ------Assim, começou por conceder o uso da palavra, à única cidadã inscrita, Sófia de Landerset, cuja intervenção se transcreve na íntegra: « Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal de Portimão, Excelentíssimo senhor primeiro secretário da Assembleia Municipal de Portimão, Excelentíssimas senhoras e senhores vereadores, Excelentíssimas senhoras e senhores membros da Assembleia Municipal de Portimão.-----O meu nome é Sofia de Landerset e ocupo-me de um alojamento local no município de Portimão desde 2012. No início de 2017 fui convidada pela Câmara Municipal de Portimão para participar numa Beta-Talk dedicada ao tema do empreendedorismo na área do A.L.-----Passados 6 anos venho aqui lembra-vos da importância deste segmento do alojamento turístico na nossa economia, uma vez que infelizmente lutamos pela nossa sobrevivência. Atualmente faço a gestão de 8 (oito) alojamentos entre a Praia da Rocha e Alvor. Não sou proprietária de nenhum destes imoveis, na





totalidade são apartamentos e casas de férias de amigos e amigos de amigos e conhecidos. Esses alojamentos nunca estiveram, não estão, e nunca estarão no mercado de arrendamento de média e longa duração, são casas e apartamentos que estavam vazios durante 11 (onze) meses por ano, ocupados apenas para as férias dos proprietários como tantos outros neste concelho. Com a regulamentação do alojamento local, estes imóveis passaram a ter outra utilidade e importância, gerando receita fiscal, combatendo a sazonalidade, gerando emprego e em especial emprego feminino, animando a economia local, gerando rendimento aos proprietários para melhorar a manutenção dos imóveis e aumentando a oferta turística segura, regrada e com qualidade. O alojamento local trousse mais e melhor turismo ao Algarve e a Portimão, ajudando a combater a sazonalidade e até os próprios hotéis beneficiaram disto, tendo aumentado os preços significativamente desde que se generalizou a oferta do A.L.-----Portimão acolhe cada vez mais, grandes eventos internacionais que contam com a oferta do alojamento local para acomodar o público, não somos concorrentes dos hotéis, somos complemento e todos trabalhamos para receber bem quem nos visita. -----As medidas recentemente anunciadas pelo governo para alegadamente aumentar a oferta de habitação, tornando o A.L. insustentável tanto em termos económicos e fiscais como logísticos. Parece-me perfeitamente desajustadas da realidade da nossa região e concretamente do nosso concelho. Tentar aplicar medidas concebidas para a Lisboa e o Porto numa zona turística que se orgulha de ser um destino de qualidade é uma receita para o desastre. A aplicação de uma taxa que suscita preocupações de dupla tributação não têm em consideração o rendimento efetivo dos titulares do A.L. sendo ainda discriminatória ao contrário por exemplo de uma taxa turística que se aplicaria a todo o tipo de alojamentos. O fim da transmissibilidade dos registos em conjunto com a suspensão de novos registos e a caducidade dos registos existentes retira às Câmaras Municipais o poder de decidir sobre matérias que pela sua natureza de proximidade e de conhecimento do território e da economia local deveriam continuar a ser da sua competência, ou seja, as suas próprias estratégias de habitação e turismo. O encerramento imediato e unilateral de um alojamento por maioria de condóminos sem qualquer justificação nem contraditório retira às Câmaras Municipais o poder de mediar e decidir sobre estas disputas tal como a legislação atual já o prevê. Não preciso de vos explicar o que vai acontecer o A.L. se não desparecer vai voltar para a clandestinidade sem qualquer controlo de qualidade ou então as casas permanecerão desabitadas e apenas destinadas às férias das famílias. O impacto deste retrocesso décadas na gestão turística de Portimão vai se fazer sentir em todas as frentes, muitas pequenas empresas servem os clientes do A.L.------Restaurantes, cafés, bares, mercados, minimercados, atividades balneares, entretenimento, comércio. Todos nós trabalhamos em rede para servir quem nos visita. Por tudo isto, deixo-vos um apelo para que o Município de Portimão possa dizer uma palavra ou mesmo duas ou três na defesa do alojamento local. Regulamentado, cumpridor e sustentável. O A.L. não é nem tem de ser inimigo do direito à habitação e pelas suas características especificas a supressão do A.L. no concelho de Portimão não vai de todo ajudar a resolver eventuais carências habitacionais. Temos propostas construtivas, temos vontade de trabalhar e





sustentável e diversificado
Muito obrigada.»
Ficou com o uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício Carlos Alberto
Garrinho Gonçalves Café, para agradecer à cidadã a sua intervenção. Queria só pedir-lhe se não se
opusesse que deixasse um exemplar da intervenção que fez exatamente para facilitar e pronto sera
encaminhada nos termos previstos para o executivo, porque a sua intervenção tem como destinatário o
executivo
Terminado o período designado para a intervenção dos cidadãos, o Presidente em exercício <u>Carlos</u>
Alberto Garrinho Gonçalves Café, declarou abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra
relativamente ao Ponto 2.a) Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas
do Grupo Municipal, relativos ao exercício económico de 2022, nos termos da Proposta - Deliberação de
Câmara nº 402/23Ficou con
o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal <u>Isilda Maria Prazeres dos Santos Varge</u> s
Gomes , que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que relativamente àquilo que disse, ja
não está, foi-se embora, a dona Ana Sofia segundo crê, Ana Sofia não é? Ah! Sofia só
<u>Café</u> , para dizer Sofia de Landerset
Ficou com o uso da nalavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal Teilda Maria Prazeres do s
Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal Isilda Maria Prazeres dos
Santos Varges Gomes, exatamente. Bom, a última vez que fiz uma intervenção a esse respeito fo
<u>Santos Varges Gomes</u> , exatamente. Bom, a última vez que fiz uma intervenção a esse respeito fo ontem, exatamente na defesa do alojamento local. Portanto, a última intervenção que fiz foi exatamente
Santos Varges Gomes, exatamente. Bom, a última vez que fiz uma intervenção a esse respeito fo ontem, exatamente na defesa do alojamento local. Portanto, a última intervenção que fiz foi exatamente ontem.
Santos Varges Gomes, exatamente. Bom, a última vez que fiz uma intervenção a esse respeito fo ontem, exatamente na defesa do alojamento local. Portanto, a última intervenção que fiz foi exatamente ontemDepois, pedindo compreensão aos senhores membros desta Assembleia Municipal, queria dizer-lhes
Santos Varges Gomes, exatamente. Bom, a última vez que fiz uma intervenção a esse respeito for ontem, exatamente na defesa do alojamento local. Portanto, a última intervenção que fiz foi exatamente ontemDepois, pedindo compreensão aos senhores membros desta Assembleia Municipal, queria dizer-lhes o seguinte. Como sabem, hoje é o último dia das marchas. Por várias razões, ainda não me foi possíve
Santos Varges Gomes, exatamente. Bom, a última vez que fiz uma intervenção a esse respeito for ontem, exatamente na defesa do alojamento local. Portanto, a última intervenção que fiz foi exatamente ontemDepois, pedindo compreensão aos senhores membros desta Assembleia Municipal, queria dizer-lhes o seguinte. Como sabem, hoje é o último dia das marchas. Por várias razões, ainda não me foi possíve assistir ao desfile das nossas marchas e ao encerramento, tal como é o encerramento lá em cima
Santos Varges Gomes, exatamente. Bom, a última vez que fiz uma intervenção a esse respeito for ontem, exatamente na defesa do alojamento local. Portanto, a última intervenção que fiz foi exatamente ontemDepois, pedindo compreensão aos senhores membros desta Assembleia Municipal, queria dizer-lhes o seguinte. Como sabem, hoje é o último dia das marchas. Por várias razões, ainda não me foi possíve
Santos Varges Gomes, exatamente. Bom, a última vez que fiz uma intervenção a esse respeito for ontem, exatamente na defesa do alojamento local. Portanto, a última intervenção que fiz foi exatamente ontemDepois, pedindo compreensão aos senhores membros desta Assembleia Municipal, queria dizer-lhes o seguinte. Como sabem, hoje é o último dia das marchas. Por várias razões, ainda não me foi possíve assistir ao desfile das nossas marchas e ao encerramento, tal como é o encerramento lá em cima obviamente eu acho que esta Assembleia Municipal se calhar foi um bocadinho marcada fora do dia, podia
Santos Varges Gomes, exatamente. Bom, a última vez que fiz uma intervenção a esse respeito for ontem, exatamente na defesa do alojamento local. Portanto, a última intervenção que fiz foi exatamente ontemDepois, pedindo compreensão aos senhores membros desta Assembleia Municipal, queria dizer-lhes o seguinte. Como sabem, hoje é o último dia das marchas. Por várias razões, ainda não me foi possíve assistir ao desfile das nossas marchas e ao encerramento, tal como é o encerramento lá em cima obviamente eu acho que esta Assembleia Municipal se calhar foi um bocadinho marcada fora do dia, podia ter sido ontem, por exemplo, não é? Para permitir a toda a gente hoje também ir ao encerramento dos
Santos Varges Gomes, exatamente. Bom, a última vez que fiz uma intervenção a esse respeito for ontem, exatamente na defesa do alojamento local. Portanto, a última intervenção que fiz foi exatamente ontem. Depois, pedindo compreensão aos senhores membros desta Assembleia Municipal, queria dizer-lhes o seguinte. Como sabem, hoje é o último dia das marchas. Por várias razões, ainda não me foi possíve assistir ao desfile das nossas marchas e ao encerramento, tal como é o encerramento lá em cima obviamente eu acho que esta Assembleia Municipal se calhar foi um bocadinho marcada fora do dia, podia ter sido ontem, por exemplo, não é? Para permitir a toda a gente hoje também ir ao encerramento dos santos populares, mas também eu espero muito sinceramente que ela não leve tanto tempo que não vos
Santos Varges Gomes, exatamente. Bom, a última vez que fiz uma intervenção a esse respeito for ontem, exatamente na defesa do alojamento local. Portanto, a última intervenção que fiz foi exatamente ontemDepois, pedindo compreensão aos senhores membros desta Assembleia Municipal, queria dizer-lhes o seguinte. Como sabem, hoje é o último dia das marchas. Por várias razões, ainda não me foi possíve assistir ao desfile das nossas marchas e ao encerramento, tal como é o encerramento lá em cima obviamente eu acho que esta Assembleia Municipal se calhar foi um bocadinho marcada fora do dia, podia ter sido ontem, por exemplo, não é? Para permitir a toda a gente hoje também ir ao encerramento dos santos populares, mas também eu espero muito sinceramente que ela não leve tanto tempo que não vos permita ir lá próximo da meia-noite para fazermos todos juntos o encerramento e, portanto, quero desde
Santos Varges Gomes, exatamente. Bom, a última vez que fiz uma intervenção a esse respeito for ontem, exatamente na defesa do alojamento local. Portanto, a última intervenção que fiz foi exatamente ontem. Depois, pedindo compreensão aos senhores membros desta Assembleia Municipal, queria dizer-lhes o seguinte. Como sabem, hoje é o último dia das marchas. Por várias razões, ainda não me foi possíve assistir ao desfile das nossas marchas e ao encerramento, tal como é o encerramento lá em cima obviamente eu acho que esta Assembleia Municipal se calhar foi um bocadinho marcada fora do dia, podia ter sido ontem, por exemplo, não é? Para permitir a toda a gente hoje também ir ao encerramento dos santos populares, mas também eu espero muito sinceramente que ela não leve tanto tempo que não vos permita ir lá próximo da meia-noite para fazermos todos juntos o encerramento e, portanto, quero desde já antecipadamente pedir desculpa, mas o desfile começa às dez horas e, portanto, às dez horas eu quero
Santos Varges Gomes, exatamente. Bom, a última vez que fiz uma intervenção a esse respeito for ontem, exatamente na defesa do alojamento local. Portanto, a última intervenção que fiz foi exatamente ontem. Depois, pedindo compreensão aos senhores membros desta Assembleia Municipal, queria dizer-lhes o seguinte. Como sabem, hoje é o último dia das marchas. Por várias razões, ainda não me foi possíve assistir ao desfile das nossas marchas e ao encerramento, tal como é o encerramento lá em cima obviamente eu acho que esta Assembleia Municipal se calhar foi um bocadinho marcada fora do dia, podia ter sido ontem, por exemplo, não é? Para permitir a toda a gente hoje também ir ao encerramento dos santos populares, mas também eu espero muito sinceramente que ela não leve tanto tempo que não vos permita ir lá próximo da meia-noite para fazermos todos juntos o encerramento e, portanto, quero desde já antecipadamente pedir desculpa, mas o desfile começa às dez horas e, portanto, às dez horas eu quero estar junto das marchas, mas estou aqui obviamente por uma questão de respeito e também para vos da





reunião era às nove e meia, mas não é e, portanto, vai estar aqui para tecnicamente obviamente vos dar
as respostas. Depois, ficarão aqui os meus colegas, os três vereadores que darão as respostas políticas,
obviamente, o senhor Vice-Presidente também não está porque teve que se deslocar a Lisboa e, portanto,
não vai chegar a tempo.
Bom, mas tenho aqui uma pequena introdução para ler, obviamente para vos dar conhecimento que
é um resumo das contas consolidadas de 2022.
A evolução do balanço consolidado face a 2021
O ativo líquido total registou um acréscimo de doze vírgula três milhões de euros.
A rúbrica de caixa e depósitos registou um acréscimo de dez vírgula quatro milhões de euros.
O património líquido registou um acréscimo de vinte e sete vírgula sete milhões de euros.
O resultado líquido apresentou uma variação positiva de vinte milhões de euros.
Decréscimo de quinze vírgula cinco milhões de euros do passivo total, menos nove vírgula sessenta
e oito por cento
Financiamentos obtidos decresceram cerca de quinze vírgula um milhões de euros, ou seja, menos
treze vírgula setenta e dois por cento
Depois, a evolução da demonstração de resultados consolidada face a 2021:
- Resultado líquido de vinte e cinco milhões de euros, registando-se um acréscimo de trezentos e noventa
e cinco vírgula trinta e nove por cento;
- Acréscimo nos resultados antes de depreciações e gastos de financiamento de vinte vírgula cinco milhões
de euros, ou seja, um resultado positivo na ordem dos noventa e nove vírgula oitenta e sete por cento;
- Acréscimo dos resultados operacionais de vinte milhões de euros, mais duzentos e noventa e quatro
vírgula zero três por cento;
- Acréscimo dos rendimentos operacionais de vinte vírgula um milhões de euros, ou seja, mais vinte e
dois vírgula oitenta e um por cento;
- Redução dos gastos financeiros na ordem dos quarenta e nove vírgula três mil euros, ou seja, menos
quatro vírgula cinquenta e oito por cento;
- Os resultados antes de impostos saldaram-se em vinte e cinco vírgula oito milhões de euros positivos,
registando um acréscimo de vinte vírgula um milhões de euros, ou seja, mais trezentos e cinquenta vírgula
zero sete por cento;
- Os recebimentos de atividades operacionais ascenderam a cem vírgula nove milhões de euros, ou seja,
mais vinte e um vírgula oito milhões de euros, mais vinte e sete vírgula cinquenta e nove por cento que
no ano transato;
- Os outros pagamentos e recebimentos ascenderam a quatro vírgula quatro milhões de euros e registaram
um acréscimo de quatrocentos e vinte e nove vírgula quatro mil euros, ou seja, mais dez vírgula setenta
e quatro por cento;





- Os pagamentos de atividades operacionais ascenderam a sessenta virgula seis milhões de euros, ou
seja, mais quatro ponto zero milhões de euros em percentagem, mais seis vírgula noventa e nove por
cento;
- Recebimentos de atividades de investimentos somaram cerca de cinco vírgula seis milhões de euros e
cresceram cerca de um vírgula quatro milhões de euros, ou seja, mais trinta e quatro vírgula sete por
cento;
- Os pagamentos de atividades de financiamento somaram dezassete vírgula três milhões, mais nove
vírgula quatro milhões, ou seja, mais cento e dezoito vírgula quarenta e oito por cento. Este diferencial
face a 2021, deve-se sobretudo às amortizações correntes e extraordinárias do empréstimo de assistência
financeira no âmbito do FAM no ano 2022, que ascendeu a catorze milhões de euros;
- A caixa e seus equivalentes somaram cinquenta e três vírgula quatro milhões de euros, ou seja, mais
dez vírgula quatro milhões de euros;
- Os financiamentos obtidos de médio e longo prazo na ordem dos noventa e um vírgula três milhões de
euros. Face a 2021 houve uma redução de catorze vírgula seis milhões de euros, isto é, menos treze
vírgula oitenta e um por cento e os financiamentos obtidos de curto prazo na ordem dos três vírgula oito
milhões de euros. Face a 2022, registou uma redução em cerca de quinhentos e sete vírgula oito mil euros,
ou seja, menos onze vírgula setenta e um por cento;
- O número de trabalhadores do grupo municipal ascendeu em trinta e um de dezembro de 2022 a mil
trezentos e setenta e um, mais quarenta e um colaboradores que em 2021, dos quais novecentos e oitenta
e um são afetos ao município de Portimão, mais dezoito trabalhadores que no ano anterior. Como sabem,
recebemos mais gente para as escolas e naturalmente e também dos centros de saúde. Trezentos e
noventa são colaboradores da EMARP, mais vinte e três trabalhadores que em 2021;
- Temos ainda a Expo Arade Estrutura S.A, que não tem trabalhadores e, portanto, senhores membros
desta Assembleia, é quanto me cumpre informar sobre os resultados que me parece que não há margem
para dúvida de que são muito superiores aos resultados do ano transato de 2021 obviamente, porque isto
refere-se a 2022, é claro que tentaremos fazer cada vez melhor que é também a nossa obrigação, mas,
portanto era isto quanto me cumpria transmitir-vos. Já agora se me permitem, obviamente como eu não
vou estar, no ponto 2 -b) é o costume já, portanto nós temos que apoiar quer a Junta de Freguesia de
Portimão, quer a Junta de Freguesia de Alvor, para a praia acessível, portanto para o acesso de cidadãos
com mobilidade reduzida, ou com deficiência às nossas praias. Como sabem, tem funcionado muito bem
e é também uma forma de atratividade deste grupo de cidadãos, o que muito nos orgulha como é óbvio.
Muito obrigada, senhor Presidente em exercício, é quanto me cumpre informar neste momento
Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós
Cidadãos/Aliança) João Pedro Gonçalves Marques Caetano , senhor Presidente, é sobre o andamento
dos trabalhos, eu pedia que não descontassem tempo, é uma intervenção breve sobre o andamento dos
trabalhos da Assembleia, não é sobre o ponto que está aqui em discussão





-----Ficou com o uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício <u>Carlos Alberto</u> Garrinho Gonçalves Café, se eu percebi o senhor quer fazer uma intervenção breve sobre um ponto... -----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada "Coligação Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) João Pedro Gonçalves Marques Caetano, para dizer que já estão a descontar o tempo, mas pronto ele acabou de dizer que era sobre o andamento dos trabalhos, não é uma intervenção sobre o objeto da deliberação que estão a tratar. -----------Ficou com o uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício <u>Carlos Alberto</u> Garrinho Gonçalves Café, e eu estou a fazer-lhe a pergunta, porque eu ainda não lhe disse, eu vou autorizar isso, eu queria que ficasse claro, portanto, sim senhor, o tempo será descontado, não tenha problemas por causa disso, a mesa como sabe costuma ser muito generosa, portanto nessa matéria. Portanto, faça a sua intervenção. -----------Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS /PP -Nós/Cidadãos/Aliança) João Pedro Gonçalves Marques Caetano, para dizer que a questão é a seguinte. Senhor Presidente, como sabe, esta Assembleia foi marcada em conferência de representantes tendo em atenção nomeadamente o agendamento do ponto 2-a), cujo prazo legal para discussão e aprovação nesta Assembleia termina hoje. Conforme se recordará com certeza e estavam presentes agui outros líderes de bancada que estão aqui hoje, eu até tomei a liberdade de sugerir nessa reunião que esta reunião tivesse lugar no dia 26 de junho, e essa sugestão não foi acolhida e, portanto, eu não posso deixar de estranhar e a minha questão sobre o andamento dos trabalhos é esta, que a senhora Presidente de Câmara no início desta Assembleia nos diga que daqui por meia hora mais ou menos vai ter que se ausentar, porque enfim, tem que estar presente num evento que é o encerramento das marchas populares. E não posso deixar de estranhar isso porque, ponto número um, a matéria que nos trouxe aqui hoje, presumo eu, é inevitavelmente mais importante e muito mais relevante para o município de Portimão do que as marchas populares, por muito que nós valorizemos as marchas populares e bem. Depois, há aqui outra circunstância, como sabemos, o executivo tem de estar presente nesta Assembleia, e de duas uma, ou está representado pela senhora Presidente de Câmara, ou pelo senhor Vice-Presidente. Se a senhora Presidente de Câmara daqui a meia hora sair, sem desprimor por nenhum dos senhores vereadores, ou senhoras vereadoras que estão aqui e que vão continuar, o executivo deixa de estar representado. E depois há uma terceira questão que não é de somenos importância, este órgão é um órgão de debate, de política e de fiscalização do executivo. -----------Com toda a consideração, respeito e reconhecimento do trabalho que fazem, que temos pelos técnicos, não nos cabe a nós discutir documentos, sejam de cariz técnico ou outros, com técnicos. Cumprenos discutir documentos, ainda que tenham incidência técnica com eleitos, como a senhora Presidente de Câmara e os membros do executivo. Portanto, eu considero que é uma falta de respeito por esta Assembleia, e quero deixar isso aqui em ata, e pergunto diretamente à mesa, é uma falta de respeito aquilo que foi dito pela senhora Presidente de Câmara e não estou aqui a desvalorizar as marchas, e





pergunto objetivamente à mesa, neste caso ao senhor Presidente em exercício, como é que a Assembleia vai continuar daqui por meia hora se a senhora Presidente se ausentar, não estando aqui na bancada do executivo o senhor Vice-Presidente. Porque a Assembleia deixa de ter, a partir desse momento deixa de ter condições para continuar a funcionar, porque o executivo deixa de estar aqui representado. Colocava-lhe essa questão direta.

-----Ficou com o uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, muito obrigado senhor deputado. Em primeiro lugar, quero chamar a atenção

para o facto de não termos propriamente a mesma opinião sobre o que é uma intervenção breve, mas eu compreendo que tinha que fazer essa intervenção e espero que reconheça depois a generosidade da mesa, portanto mais à frente. Quanto ao juízo de valor da sua intervenção, não vou naturalmente dizer nada, quero chamar a atenção em relação a um aspeto até porque estava presente, como disse e muito bem, a data foi fixada por decisão, digamos em conferência de líderes, portanto a sua proposta já não me lembro porquê, portanto não foi aceite, a democracia é essa, foi aceite a proposta para o dia de hoje e é por isso que estamos aqui hoje, portanto quanto a isso... Em relação ao ponto que me coloca, eu confesso que estou surpreendido com essa questão, até que me demonstrem o contrário, não me parece que a ausência parcial da senhora Presidente da reunião venha ferir de alguma legalidade a própria reunião e, portanto, a minha decisão e julgo que tenho a companhia da restante mesa, é de que continuaríamos naturalmente os trabalhos, se houver alguma questão a colocar em relação a isso, o senhor deputado ou qualquer deputado fará chegar nos meios previstos algum tipo de contestação, ou protesto, ou seja o que for. Portanto, a decisão está tomada, perguntou-me, interpelou-me diretamente, eu respondo diretamente, vamos continuar a reunião naturalmente mesmo depois da senhora Presidente sair. -----------------------------------Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos** Santos Varges Gomes, nem outra coisa eu esperava do senhor deputado municipal. Obviamente que a sua contestação e o pôr sempre em causa tudo e todos é um hábito que já tem e que eu respeito obviamente, já o conheço de há longos anos, já sei que é assim que funciona, agora, qualquer vereador quando está, representa a Câmara, qualquer vereador e, portanto, não estando eu nem o Vice-Presidente, -----Depois, dizer-lhe o seguinte. Marcaram para o dia de hoje, e disse muito bem, em conferência de líderes, a Câmara não foi tida nem achada, nem a Presidente de Câmara foi tida, nem achada para a marcação, a data da marcação desta reunião e, portanto, dá-me licença que continue? Dá-me licença? Portanto, de facto não foi o melhor dia para a marcação desta reunião e evidentemente que o senhor considera que é mais importante estar aqui para defender as contas, as contas já estão aprovadas, o que está em causa é só a conciliação das contas, porque de resto estão aprovadas. As contas da Câmara estão aprovadas, as contas da EMARP estão aprovadas. Agora, são as contas consolidadas e o que está em causa é verificar se de facto houve ou não bom resultado na consolidação das contas e se as contas estão bem feitas como é óbvio. Portanto, se, e considera que de facto as marchas também não têm valor, ou





são desvalorizadas, eu não considero isso, porque de facto há muita gente a trabalhar lá e como há muita gente a trabalhar, nós temos que os respeitar e por consequinte merecem o meu respeito e eu estarei presente ponto final, se não quiserem continuar a reunião problema vosso, não continuem e cá estará com certeza noutro dia qualquer, a reunião foi agendada no mês de julho e, portanto, não tem problema nenhum, para mim é-me absolutamente indiferente, façam como entenderem, ponto final. Muito obrigada. -----Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD Vítor Manuel Campos **<u>Couto</u>**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que gostaria de começar a intervenção pelas palavras da senhora Presidente. A senhora Presidente veio-nos aqui fazer um retrato hoje financeiro do grupo municipal de Portimão e vem dizer, dar conta dos excelentes resultados do ponto de vista técnico que Portimão obteve e com os quais eu concordo do ponto de vista técnico, mas isto é um fórum político, e também é preciso abordar se foi obtido aquele que é o objetivo político deste município e, portanto, eu quero começar por abordar algo que preocupa a nossa bancada que é a baixa taxa de execução dos projetos incluídos no plano plurianual de investimentos, tendo em conta as disponibilidades financeiras. É importante em nosso entender compreender as razões por trás desta situação e os portimonenses têm o direito de saber porque é que as melhorias prometidas e esperadas não estão a ser concretizadas, pelo que se impõem respostas claras e soluções para esta questão, garantindo a transparência e eficiência da gestão dos recursos públicos. É ainda fundamental no entender do Partido Social Democrata que o executivo municipal apresente uma análise detalhada das necessidades e dos recursos necessários para garantir uma execução adequada dos seus projetos. -----------A nossa comunidade espera resultados e é o nosso dever fiscalizar e garantir os recursos destinados ao desenvolvimento do nosso concelho, que sejam utilizados da melhor forma possível. Assim, eu quero começar por questionar o executivo e tentar perceber porque é que mesmo com os recursos financeiros que estão disponíveis e pelos excelentes resultados que o município de Portimão teve, os projetos não estão a ser executados conforme o planeado e dentro daquilo que é calendarizado. E se os recursos operacionais e extra operacionais necessários para assegurar a execução eficiente desses projetos têm sido devidamente acautelados. Muito obrigado. ----------Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega Paulo Jorge Nascimento <u>Canha</u>, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e referindo as palavras da senhora Presidente e tecendo algum comentário sobre os resultados relativos a 2022, a bancada Chega gostaria de relembrar dois ou três factos que são importantes para estes resultados. Por um lado, o acréscimo de IMT com uma receita anormalmente extraordinária, o que obviamente faz incorporar aqui uma ideia e uma lógica de resultados positivos, porque em parte são devido a isso, o que também é bom como é óbvio, não é? Nós não vamos querer, queríamos menos IMT para que os resultados fossem menores, não é nada disso que

está em causa, mas, por outro lado, também um reparo e cruzo com aquilo que é a despesa de capital que aqui está na ordem dos setenta por cento, setenta e dois por cento, salvo erro, o que como sabemos é talvez um dos factos importantes naquilo que é a verificação e a confirmação da obra feita e, portanto,





parece-nos que a conjugação destes fatores permitem também a par daquilo que foram os resultados transitados de um ano para o outro, que esses resultados sejam obviamente aqueles que transmitiu, mas que depois, na prática, não são assim tão positivos quanto aquilo que parecem. Portanto, gostava de deixar aqui esta ideia e o porquê destes setenta e dois por cento, segundo me lembro e li aqui no documento de execução da despesa, nomeadamente ao nível do capital. Tenho dito, obrigado. -----------Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) João Pedro Gonçalves Marques Caetano, para dizer ao senhor Presidente que pediu a palavra para fazer um protesto para a ata, tendo em conta a intervenção que a senhora Presidente acabou de fazer ainda agora e, portanto, queria que a mesa lhe desse um minuto para fazer o protesto sobre a intervenção que a senhora Presidente acabou de fazer. -----------Ficou com o uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café, senhor deputado, eu acho que todos compreenderão que eu diga o que vou dizer. O senhor deputado começou por pedir que eu lhe desse tempo, que a mesa lhe concedesse tempo para fazer uma consideração e isso foi concedido, e disse que ia ser breve, todos vimos que não foi propriamente breve, portanto eu sinto-me à vontade para dizer o seguinte agora. O senhor deputado se quer fazer uma outra intervenção, uma vez que já beneficiou da benevolência anterior da mesa, faça usando o seu próprio tempo. Parece-me justo, parece-me justo. -----------Interveio o líder da bancada "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos /Aliança) João Pedro Gonçalves Marques Caetano, senhor Presidente, como sabe o regimento prevê o protesto e prevê que seja atribuído um minuto para fazer os protestos. Portanto, o protesto nos termos regimentais não é descontado no tempo de intervenção da bancada, é um tempo autónomo que está previsto no regimento, assim como a figura do protesto que está prevista no regimento. Portanto, foi nessa medida que eu fiz o pedido que fiz agora. ------------Ficou com o uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício **Carlos Alberto** Garrinho Gonçalves Café, sim senhor, eu peço desculpa pela minha ignorância, eu não sabia desse aspeto, sendo assim dou como boa a sua interpretação e não há problema nenhum e faça favor, terá -----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) João Pedro Gonçalves Marques Caetano, para dizer que a razão do protesto prendese com aquilo que foi dito anteriormente pela senhora Presidente de Câmara e por considerarem aqui na bancada da Coligação Portimão Mais Feliz que mostra um desrespeito por esta Assembleia. ------------Do ponto de vista legal, este assunto tem que vir aqui à Assembleia para ser discutido e aprovado, independentemente da deliberação que já foi tomada no executivo da Câmara, na reunião do executivo da Câmara e das deliberações que possam ser tomadas também, ou já tivessem sido tomadas no âmbito dos conselhos de administração, nomeadamente da EMARP e, portanto, estamos aqui no cumprimento do nosso mandato e de uma exigência legal. Portanto, eu considero que é um desrespeito e uma





desconsideração pelos membros desta Assembleia a senhora Presidente dizer que as contas estão aprovadas e que nós aqui estamos só no fundo a caucionar aquilo que já foi aprovado anteriormente por outros órgãos, e depois há aqui um obstáculo também que eu vou colocar novamente à consideração e que deixo o meu protesto pela forma como a mesa está a interpretar o que está na lei. A lei prevê, a 75/2013 prevê que a senhora Presidente de Câmara seja substituída pelo seu legal e, portanto, uma vez que o substituto legal que é o Vice-Presidente não está presente, a partir do momento em que a senhora Presidente deixe de estar presente nesta Assembleia hoje, deixa de estar representado o executivo para os efeitos que estão consignados na lei. Disse. -----------Ficou com o uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café, obrigado, ficou registado o seu protesto. -----------Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda Pedro Miguel Sousa da Mota que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que ainda continuam a verificar nestas contas um passivo de cento e quarenta e quatro milhões de euros, o que lhes faz ainda muita confusão e gostariam que este passivo desaparecesse o mais rapidamente possível, sabe - se que não é possível, mas estão a tentar e estão a conseguir. Agora, não estão a conseguir é baixar os impostos, eu já sei que é sempre a mesma cassete, mas vão ter que levar com ela, somos nós que pagamos, são os portimonenses que pagam, gostaríamos muito bem que estes impostos diminuíssem, principalmente o IRS e o IMI, isso sim é que era uma maneira de distribuir a riqueza universal por todos os portimonenses, porque assim só alguns é que têm essa riqueza e outros não. Também verifiquei quando li este documento que os vereadores da oposição não votaram este documento. Mais uma vez consta neste documento que as contas foram aprovadas, mas não foram aprovadas pela maioria, ou foi aprovado por uma maioria, mas não foi aprovada pelos outros deputados da oposição que não tiveram os documentos nas suas mãos para poderem votar este documento em consciência. Por isso, fica aqui o meu repúdio a este tipo de ações, e não gostaria de ver aqui, por isso foram votadas, mas foi votada só pelo PS, a oposição não teve direito a votar, porque não teve os documentos atempadamente. Fico-me por aqui, tenho dito. -------------Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS José Manuel Figueiredo Santos, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que hoje é efetivamente um dia solene, que é o dia de prestação de contas, e a prestação de contas é de facto um ato, em que o executivo responde perante esta Assembleia sobre a sua prática política, que tem obviamente um pronunciamento técnico e isto bem entendido porquê? Porque os números são informação. ----------- A apreciação dos documentos da prestação de contas consolidadas e depois de efetuar a sua análise, sobressaíram, enfim, ao PS algumas evidências que nós gostaríamos efetivamente de trazer aqui junto de vós, naturalmente para vossa apreciação. Nós gostaríamos de destacar o resultado líquido consolidado positivo de cerca de vinte e cinco milhões de euros, à Câmara cumpriu vinte e dois ponto oito milhões, enfim, dezassete ponto quatro de impostos, taxas e contribuições, mais um ponto três milhões por transferências e subsídios, enfim, acrescidos de, note-se dois ponto oito milhões de diminuição de gastos.





Só por si isto seria algo louvável, trata-se efetivamente de dinheiros públicos. O senhor deputado não precisa de se precipitar que eu já chegarei às suas teses. Portanto, gostaria, em primeiro lugar, de desfazer, eu penso que estão desfeitas de alguma maneira, as análises menos rigorosas, enfim, daqueles que desconjuram o município evocando a obtenção de receitas por conta dos elevados impostos dos portimonenses. Eu gostaria de vos apresentar esse propósito aqui num gráfico que suponho que, não sei se a oposição não teve tempo, nós tivemos tempo de ler, enfim, do mesmo jeito que vocês e verifico por aqui de facto a evolução do imposto municipal. Esta evolução do imposto municipal sugere a nosso ver uma obtenção de receitas por conta do volume de transações. Significa dizer com isto à partida e sem desprimor para análise que acabou de fazer, que efetivamente Portimão mantém-se como cidade atrativa, isto é, Portimão mantém atratividade, senão não teríamos digamos este volume transacional. Portanto, a subida de receitas não se deveu ao montante dos impostos, mas sim ao volume das transações de imóveis e ao IUC também. Portanto, parece-nos, aliás enfim, uma demonstração de que Portimão mantém essa lógica de atratividade, obviamente podemos aqui ir ao encontro de outro tipo de conjeturas. ------------Relativamente ao imposto sobre os imóveis, o IMI, o PS regista com muito agrado um decréscimo de um ponto três milhões de euros, ou seja, menos cinco ponto oito por cento relativamente ao ano anterior, em consequência da descida da taxa do IMI em dois pontos percentuais. Portanto, temos que fazer justiça a esta negociação e à obtenção dessa redução, prova provada de que efetivamente há da parte do executivo uma preocupação, enfim, com o nível de impostos que nós pagamos, portanto é salutar também dizer isto e não apenas e tão só evocar os impostos em si mesmo. -----------O PS regista também um decréscimo no passivo, total de quinze ponto cinco milhões de euros, o que é a nosso ver revelador de uma recuperação colossal, ou seja, esta recuperação não pode ser nem deve ser, ou não deve propiciar uma estagnação, ela deve propiciar condições para o exercício de uma prática política de investimento local que suponha obviamente o desenvolvimento da nossa cidade. Portanto, senhores deputados, para quem como nós nesta bancada em períodos políticos anteriores foi objeto de preocupações quanto ao passivo da Câmara, está hoje a discutir a necessidade de um maior direcionamento do município. Para um investimento alavancador do desenvolvimento local, não pode deixar de refletir uma satisfação política imensa. Nós sentimos um orgulho imenso por não estarmos a discutir a dívida, mas por estarmos a discutir uma liquidez e a sua aplicação. Convirá e isto penso que estaremos de acordo, que é pacífica a ideia, de que se fez um novo rumo, de que se trilhou um novo rumo de sustentabilidade para o município. Temos que fazer justiça às pessoas. ------------Se nós fizermos uma leitura despida de uma visão estritamente partidarista, nós somos obrigados a reconhecer um trabalho denudado de recuperação da credibilidade económica e financeira, conforme vocês podem efetivamente observar num gráfico que tive oportunidade também de destacar e que diz respeito à evolução dos compromissos assumidos e não pagos. Isto é uma curva absolutamente abrupta. Nós não podemos alhear-nos de uma realidade empírica traduzida pelos números. É que efetivamente isto traduziu uma prática política e hoje é de contas que nós estamos, ou que o executivo está aqui a prestar contas





consolidadas. Portanto, é natural que estas contas reflitam uma política anterior de uma política, enfim, traduzida justamente em orçamentos e depois em planos de ação e consequentemente, portanto, é necessário tomar em consideração os aspetos positivos da evolução dos compromissos assumidos e não pagos. Hoje penso que é pacífica a ideia de que o executivo municipal cumpre, não tem como se diz na gíria fornecedores à perna. Por outro lado, é natural que esta prestação de contas reflita aquilo que são as opções tomadas, enfim, pelo PS em matéria de execução do seu programa eleitoral e quando se diz que o Partido Socialista no executivo não está a cumprir, é necessário que se faça uma reflexão ao abrigo dos compromissos que esse mesmo partido assumiu com o seu eleitorado. De facto, ainda não foi dado observar quais os itens relativos aos quais existiu um efetivo descompromisso. Também se podem multiplicar críticas quanto ao nível dos investimentos feitos, mas o executivo já nos explicou que essa problemática não tem a ver com qualquer alheamento seu. As dificuldades relativamente à cobertura de orçamentos face a concursos têm sido aqui plenamente evidenciadas por este executivo. Portanto, não é um alheamento, não podemos atribuir uma nota política negativa ao executivo face a um mercado instável e absolutamente conturbado e frágil como é, aliás, do conhecimento geral, que é o tecido empresarial algarvio.

------Só os incautos é que irão ignorar os pontos fracos deste mercado instável e de um período de guerra global com consequências imprevisíveis. Portanto, nós temos de ter uma perspetiva global da atividade local e das respetivas contaminações que estes problemas globais sugerem. Portanto, é uma evidência empírica que as alusões à falta de investimento são tanto coxas se nos lembrarmos da importância da aposta em políticas imateriais que se impõem a um município turístico, em contraponto com a sobrevalorização das obras físicas. É que quando falamos de investimento, falamos de obras físicas e esquecemos de facto os investimentos de ordem imaterial a que um espaço turístico, dinâmico, como é o caso de Portimão se obriga e, portanto, esta imaterialidade do investimento numa economia digitalizada, imaterial parece que continua a ser invisível para a maior parte de nós, enfim, são aspetos que eu procuro aqui realçar em nome do Partido Socialista, justamente com vista a credibilizar aquilo que já está credibilizado.

-----O executivo da Câmara confronta-nos afinal aqui com o quê? É uma questão que urge questionar. Insisto, com a apresentação dos resultados positivos, com a redução de gastos operacionais e com o recuo no endividamento, aquilo que era causa suprema da oposição a uns tempos a esta parte, a questão do endividamento. Portanto, se há momentos na nossa vida política que não nos devem incomodar, que as oposições não estejam numa posição confortável, insinuando por vezes e estão à vista dos dinheiros públicos, este momento é um deles, nós estamos confortáveis nesta bancada, porque efetivamente temos um executivo sério, responsável, não corrupto, que deu já provas provadas de que por um lado é capaz de investir e simultaneamente amortizar a dívida, ou seja, trabalhou aqui em dois planos e claro para quem fazia questão na redução da dívida a todo o transe, é óbvio que é algo que do ponto de vista da oposição aparece digamos como um argumento um pouco esbatido, não é? Nós compreendemos as





dificuldades da oposição, compreendemos, não era expetável que se fosse tão longe como este executivo tem ido. Portanto, nós estamos aqui a falar não de convicções, mas de práticas efetivas com tradução económica e financeira. Vamos dizer, bem, mas o que acontece efetivamente não será uma ausência de uma estratégia ao procurarmos incidir a nossa reflexão exclusivamente sobre as contas? Há uma estratégia de desenvolvimento para a cidade, há uma ausência de um plano? Bem, a verdade é que se numa análise longitudinal nós olharmos o gráfico da evolução das despesas, com juros, enfim e outros encargos, nós constataremos uma descida vertiginosa dos mesmos. Na verdade, de onze milhões em 2016, nós passámos, note-se de onze milhões em 2016 nós passámos para um milhão em 2022. Isto dói! Dói a tal forma, ou de tal forma que manda a boa educação que se saia, porque já não se consegue mais pautar a nossa audição pelos argumentos do outro, nós ficámos aqui do corpo às balas, quatro, oito anos porventura, aceitando às vezes de forma não muito humilde diga-se, as vossas críticas, mas mantivemonos sempre aqui firmes. Têm que nos fazer essa justiça pelo menos. Portanto, não venho obviamente falar de flores, de rosas do Partido Socialista, venho falar das dificuldades deste executivo, porque nós conhecemo-las bem e das vicissitudes obviamente da sua prática política. Podemos não concordar com as aplicações financeiras, podemos não concordar com a natureza, o tipo, a tipologia dos investimentos, podemos não concordar com nada disso, tudo bem, somos livres para o fazer, mas devemos o mínimo de justiça a este executivo nesta matéria. Nós, vós, nós não temos uma memória fraca, nós não temos e o facto de não termos memória fraca tem-nos obrigado a fazer algo que é muito sublime e que se chama autocrítica. Nós temos interiorizado essa crítica, nós carregamos com esse fardo da inauguração, da edificação e da crise, fruto obviamente de uma conceção desmedida das nossas possibilidades, que, aliás foi transversal a nível nacional, não foi apenas o PS, enfim, foram aqueles partidos que efetivamente dominaram a cena política nacional. Nós só podemos responder pelo PS e só podemos fazer essa autocrítica pelo PS, portanto perdoem-nos que agora possamos vir aqui de cabeça erguida parabenizando realmente de uma forma absolutamente merecida este executivo. É preciso não ver tão só e apenas o copo vazio, é necessário vê-lo meio cheio, todos nós desejaríamos que o investimento tivesse um outro volume, uma outra profundidade, obviamente que sim, mas em política nunca se faz aquilo que é desejável, apenas se faz aquilo que é possível. Desejável faz-se e de uma forma milagrosa quando estamos na oposição, por isso é que a oposição existe para exigir, enfim, para, no fundo dinamizar a vida política, democrática a nível local. Nós não temos posições fundamentalistas, nós temos um discurso vigoroso, mas não temos posições fundamentalistas, continuaremos a aceitar as críticas, porque já temos do passado a ideia de que não fomos concidadãos à altura de ouvir as vossas críticas pertinentes, que foram pertinentes. Portanto, senhor Presidente em exercício, o PS ficaria tão só e apenas por estas observações preliminares, com quanto pensa, ou pensamos que estes aspetos seriam obviamente fundamentais para que ponderássemos o que está efetivamente aqui em causa, isto é, a análise das contas consolidadas que como a senhora Presidente bem disse no fundo trata-se de agora termos uma visão agregada, não é, de toda a plasticidade organizacional do município. Portanto, eu nesse sentido e reportando-me estritamente





às contas, obviamente que tenho em consideração, temos também aspirações que os senhores têm, são legítimas, as vossas aspirações são legítimas, são as nossas aspirações, um futuro melhor para Portimão, um desenvolvimento social local que efetivamente coloque Portimão com um nível de atratividade superior àquele que ela já tem, é uma cidade fabulosa que nós não podemos efetivamente descurar em matéria de prestígio a nível nacional, não só por ser uma cidade turística, mas de facto porque é uma cidade que alavanca aqui todo o Barlavento, portanto é uma cidade que nos devemos orgulhar e ficaria por aqui. Face às considerações que acabámos de fazer, enfim, o Partido Socialista pretende no fundo dar ao executivo uma nota de que a sua política de prudência face aos tempos inseguros tumultuosos que temos perante nós, não sabemos digamos, enfim, como será o nosso futuro próximo, tem sido uma política de prudência, mas convém que a senhora Presidente, que este executivo sinta essa aspiração que nós também temos, que é, a de que haja um volume de investimento que mude um pouco a face digamos da nossa cidade provinciana, no sentido em que entendemos que ela tem condições de excelência para ir mais além. Seguramente o executivo sabe disso, o executivo tem lutado naturalmente para que a política de desenvolvimento local possa guindar-se a um outro plano qualitativamente superior, todavia é um momento de prudência e é nesse sentido que nós fazemos o entendimento de que deveremos estar juntos, deveremos estar unidos face aos desafios do futuro e, portanto, só podemos ganhar os desafios do futuro se lutarmos por isto. Não vamos pensar que eles vêm ter connosco sem que essa luta tenha lugar. Disse por ora senhor Presidente em exercício, agradeço-lhe imenso a sua amabilidade modesta por me aceitar intervenção. Muito obrigado. ------

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos** Santos Varges Gomes, bom, como foi levantada aqui a dúvida se eu podia ou não, ou se alguém me podia representar ou não, nada melhor do que eu mandar uma mensagem ao ex Secretário de Estado das Autarquias, Dr. Carlos Miguel e continua ligado às autarquias. E mandei-lhe uma mensagem assim: «Carlos Miguel, esclarece-me por favor. Não estando presente o Vice-Presidente e tendo a Presidente que se ausentar, nenhum dos restantes vereadores pode representar a Câmara? Obrigada, beijinhos». E ele responde-me, «pode, és tu que indica quem te representará e não precisas de seguir a ordem da lista. Beijinho». Está aqui a resposta, portanto, quem me representará a partir de agora que vou sair será, eu vou seguir a ordem da lista, obviamente será a vereadora Teresa Mendes que é a número três da lista. Só para dar aqui duas explicações muito rápidas, porque vou ter mesmo que sair. Baixa execução, é verdade. Infelizmente deixem-me dizer-vos que, por exemplo, a aquisição de uma viatura, a viatura leva quinhentos dias a chegar, portanto, as obras levam tempos infinitos, um projeto leva tempos infinitos a fazer e obviamente que quando eu chequei aqui não tinha projetos feitos. No primeiro mandato não consegui mandar fazer projetos, porque não tinha fundos disponíveis, portanto agora estamos de facto na fase de projetos, lançar obra e como vos disse e obras que ficam desertas quando se lançam concursos. Portanto, não é fácil neste momento executar e digo-vos uma coisa, há dias eu ouvi um Presidente de Câmara, um colega meu dizer «eu até estou triste, tenho não sei quantos milhões no banco e não consigo





executar, como é que eu vou responder perante os meus concidadãos e dizer-lhes tenho o dinheiro no banco e não consigo executar». Portanto, isto é um problema que passa por todos. -----------Depois, obviamente que o acréscimo do IMT, eu espero que a gente continue a ter o mesmo acréscimo do IMT, porque isso só significa que a economia é pujante. Depois, obviamente, também sabe o senhor deputado municipal que nós até baixámos o IMI e apesar da descida do IMI nós continuamos a aumentar as receitas. É óbvio que as contas têm que vir para serem discutidas, isso não tem dúvida nenhuma por isso é que elas aqui estão, isso é uma verdade la Palisse, senão não vinham cá, obviamente que não estávamos nem a fazê-los gastar tempo nem nós a gastar tempo também. E depois, dizer que, só para responder aqui que de facto senhores deputados, os meus colegas vereadores da oposição não votaram, tinham os documentos, não tinham o relatório do ROC, era a única coisa que faltava e, portanto, é importante, mas se calhar até era melhor começar a ver os documentos e depois ler o relatório do ROC para saber se o ROC tinha razão ou não, mas pronto a única coisa que faltou foi o relatório do ROC, portanto isto fique bem claro. Muito obrigada e desejo a continuação de uma boa reunião, senhor Presidente em exercício, despeço-me de todos, muito obrigada a todos e bom fim-de-semana. Obrigado. -----Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros, para dizer que a matéria que quer abordar não é matéria que está no ponto. -----Ficou com o uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café, para dizer à senhora deputada independente que não é ela que decide quando intervém. Não, há uma regra para isso. -----------Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **<u>Ângela Cristina Sintra Ramos</u>** Venâncio Quadros, não, está enganado, então eu quero fazer um protesto para a ata imediatamente. -----Ficou com o uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício Carlos Alberto Garrinho Goncalves Café, para dizer que não vai considerar o que a deputada está a fazer. Eu não ligo o microfone nem considero a sua intervenção, porque ela formalmente não existe e lamento, senhora deputada e lamento, aliás, isto é uma prática recorrente. Lamento que mais uma vez não respeite as regras de democracia que funcionam aqui. É só isso. Senhora deputada, vou pedir-lhe pela última vez que interrompa o que está a dizer. Pronto, então olhe, então nesse caso eu decido que vamos fazer uma pausa de cinco minutos nos trabalhos. -----------Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros, recuso. Eu também tenho justo impedimento, assim como não é necessário e com o justo impedimento, eu vou acompanhar a senhora Presidente ao arraial e vou jantar! Mas antes vou lavrar o protesto para a ata e é lamentável que a oposição esteja toda caladinha, que só haja um membro que consiga falar. É lamentável que a oposição esteja calada em relação a isto tudo, falam cá fora, mas aqui estão todos caladinhos, isto é inadmissível, isto é inadmissível, vai ver se isto não vai ficar constado em ata. ------





-----Ficou com o uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício Carlos Alberto Garrinho Goncalves Café, muito boa noite de novo, vamos então retomar os trabalhos, vamos retomálos nos termos em que o regimento o determina, nomeadamente em relação à ordem pela qual são feitas as intervenções, e eu quero dizer que retomando agora as inscrições, posso-lhe desde já dizer quais são as próximas para se calhar tranquilizar um pouco e a ordem pela qual a seguir à Presidente, a ordem é esta. O senhor deputado João Caetano, a senhora deputada Ângela Quadros, o senhor deputado Pedro Mota, o senhor deputado Bruno Candeias e a senhora deputada Lurdes Melo. Será por esta ordem que serão feitas as intervenções seguintes. Os senhores deputados e as senhoras deputadas que queiram inscrever-se para posteriores intervenções sabem que só acontecerão depois destes senhores deputados e senhoras deputadas fazerem a sua intervenção. Posto isto, o senhor deputado João Caetano faça favor. -----Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) João Pedro Gonçalves Marques Caetano, para dizer que pediu a palavra na esperança que a senhora Presidente tivesse reconsiderado aquilo que indicou no início da Assembleia. -------Depois de já ter pedido a palavra verifiquei que afinal não e que a senhora Presidente cumpriu com a promessa que fez e mais ou menos às dez horas retirou-se, enfim, dados os motivos que invocou aqui no início da Assembleia. Senhor Presidente, eu em coerência com aquilo que manifestei ainda há pouco, não posso permanecer nesta sessão. Considero que foi, que toda esta Assembleia a começar pela mesa foi desrespeitada, não estamos aqui a discutir um ato qualquer do executivo, estamos aqui a discutir a apresentação e consolidação das contas consolidadas do exercício de 2022, não é um ato qualquer, ainda para mais do ponto de vista do executivo tem a importância que tem, porque felizmente para todos nós aqui no concelho apresenta retratos positivos, e eu considero que nos termos em que foi aqui referido o motivo da ausência da senhora Presidente e com os contornos em que ela aqui anunciou essa ausência a partir das dez horas, ainda para mais na resposta que fez à intervenção inicial que eu fiz, considero que é uma falta de respeito que eu raríssimas vezes se alguma vez vi nesta Assembleia em muitos anos, que eu não posso pactuar com ela. Portanto, em consciência com isso e após conferência com a minha colega de bancada aqui, nós decidimos por acordo em retirarmo-nos a partir deste momento desta sessão, em protesto pela atitude da senhora Presidente e com isto não estou a desprimorar nem a desconsiderar ninguém do executivo, nenhum dos técnicos, o senhor administrador da EMARP, ninguém, estou a dizer que é uma falta de respeito que uma Presidente de Câmara chegue a uma Assembleia e diga que daí a meia hora tem que se ausentar e não é por ser as marchas, podia ser outro evento qualquer, mas porque vai ter que ir a um encerramento das marchas e quando diz uma coisa ainda mais fantástica, é que não foi consultada sobre o agendamento desta Assembleia, que é uma coisa que para mim é, enfim, é no mínimo surpreendente. Eu presumia, pelo menos nas reuniões de líderes que tenho ido, presumi sempre que as reuniões desta Assembleia fossem agendadas em concertação com o executivo, nomeadamente com a senhora Presidente de Câmara, parece que aqui houve uma exceção a essa regra, portanto volto a dizer, a nossa bancada apresenta um protesto veemente pela atitude da senhora Presidente de Câmara,





-----Consideramos e com isto vou terminar, que não existem condições nem regimentais, nem legais para que os trabalhos continuem nesta Assembleia e tudo o que esta Assembleia deliberar a partir daqui está inevitavelmente ferido de ilegalidade, eventualmente no lidar. O senhor vereador João Gambôa está muito divertido com o que eu estou a dizer, ainda bem, eu gosto de saber que o senhor, uma de duas, ou se ausenta quando eu falo, ou então ri-se quando eu falo. É sempre bom ver a sua reação senhor vereador, mas aquilo que eu aqui estou a dizer, mais do que uma atitude da nossa bancada, é pela dignificação do mandato que estamos aqui a exercer, porque eu não tolero comportamentos destes de ninguém em relação a pessoas que somos todos nós aqui nesta Assembleia. Somos legitimamente eleitos pelos nossos concidadãos, e eu não sou mais nem menos que nenhum deputado desta Assembleia, não sou mais nem menos que a senhora Presidente de Câmara e todos nós, começando por si, por mim, por todos, temos as nossas vidas particulares, temos afazeres pessoais e familiares, e tiramos tempo da nossa vida para vir aqui exercer o nosso mandato condignamente. Eu não posso aceitar este tipo de comportamento e enquanto eleito local não posso permanecer aqui sentado e participar numa discussão como se nada tivesse acontecido e nessa medida volto a dizer em acordo com a minha colega de bancada, decidimos retirar-nos dos trabalhos desta Assembleia, sendo certo que tomaremos as atitudes que entendamos

Garrinho Gonçalves Café, do ponto de vista pessoal devo dizer que lamento, porque eu acho que as sessões da Assembleia Municipal são mais ricas tendo a presença de todos os deputados naturalmente e, portanto, e nesse sentido apresento o meu lamento, preferia que estivessem. No entanto, trata-se como se percebeu de uma posição política que é perfeitamente legítima e, portanto, vamos continuar os trabalhos sem a presença dos representantes da Coligação Portimão Mais Feliz.

-----Pediu o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, portanto, fazendo minhas as doutras palavras do senhor deputado João Caetano, eu considero que esta Assembleia não reúne condições para eu estar presente nesta Assembleia, para continuar presente nesta Assembleia. A ausência da Assembleia, ou a justificação não é nestes termos no regimento e na legislação especial, tem que haver aí justo impedimento e não considero, face à matéria





importante que está no ponto na ordem de trabalhos, que a ida a um baile seja justo impedimento para ausentar-se desta Assembleia. Portanto, se realmente houvesse essa incompatibilidade teria que ser, aliás, até no início tínhamos todos acordado adiar esta Assembleia para outro dia independentemente de haver aqui matéria nos pontos da ordem de trabalhos que têm que ser aprovados hoje. Isto é inadmissível, inadmissível, porque eu cheguei de Odemira e vim a correr para esta Assembleia Municipal. Aliás, todos nós temos trabalhos, nós temos compromissos, temos família e a forma como foi justificada a ausência, isto demonstra a vossa falta de democracia. Os senhores impõem, portanto, o executivo impõe, o executivo ri, o executivo tem comportamentos aqui nestes senhores vereadores que estão sentados menos adequados, porque não é rir, não é gozar, não é mancar que as coisas vão ao sítio. Portanto, eu sei que os senhores têm a maioria absoluta e fazem aquilo que querem e que lhes apetece. Esta minha intervenção que eu estou a ter agora já tinha pedido, mas antes da senhora Presidente ir embora, porque eu também ia acompanhar com todo o gosto a senhora Presidente até às marchas e comer as sardinhas que ainda não comi este ano, porque não tive tempo, não é, mas teria todo o prazer. Perante isto, eu nunca irei ficar numa Assembleia em que houve exercício do poder arbitrário, nem foi discricionário, foi arbitrário, porque a ausência só com o justo impedimento. Portanto, eu quero deixar consignado bem isso nesta ata, a minha oposição e o meu repúdio como estes trabalhos têm sido normalmente, aliás com frequência conduzidos pelo vosso partido nesta casa. Portanto, os senhores fazem aquilo que querem e que lhes apetece, desligam, cortam a palavra, mas há momentos oportunos, nomeadamente eu quando pedi o direito de protesto, o senhor teria que me dar os minutos para lavrar o direito de protesto, não era interromper uma Assembleia Municipal, ausentar-se e ficar esquecido o assunto, porque isso é uma forma de esquecer, é uma forma de os senhores, eu já percebi ao longo destas sessões que é uma forma dos senhores trabalharem e de controlarem a oposição, ou tentarem controlar a oposição, podem controlar toda a oposição, a mim ninguém me controla. -----------Ficou com o uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício Carlos Alberto

------Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, peço desculpa, eu não percebo porque é que há direito a intervenções. Eu estou a intervir numa situação que está a ser descontado aqui o meu tempo de intervenção, portanto eu não percebo as regras, os vossos direitos, que regras é que são as vossas que não são as nossas. Só se aplica as regras...





-----Ficou com o uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício <u>Carlos Alberto</u> Garrinho Goncalves Café, senhora deputada, as regras são as do regimento, não são de nenhum partido em particular. Pronto. -----------Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **<u>Ângela Cristina Sintra Ramos</u>** <u>Venâncio Quadros</u>, desculpe, eu sei perfeitamente quais são as vossas regras e já percebi, percebe? A minha sorte é que eu não estou a obrigá-lo a disciplina política, sou uma pessoa independente, sou deputada independente e não admito estas atitudes que vocês têm tido recorrentemente, eu tenho um regimento, há um regimento que vai há três anos para ser aprovado, alterado, isto é inadmissível, se a oposição gosta e a oposição cala-se, isto realmente foi o que aconteceu, isto realmente é o resultado do vosso poder durante este tempo todo. Porque é que os senhores continuam? Porque é que os senhores continuam no poder? Portanto, boa noite a todos, bom fim-de-semana e bom arraial. ----------------Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, eu queria dizer aqui, só, pegar nesta última intervenção, como disse e disse bem, nós estamos aqui eleitos democraticamente e cada um pensa pela sua cabeça, cada partido gere a sua bancada e não é para fazer acusações sobre a oposição que não faz nada e que não faz isto ou faz aquilo, nós gerimos o nosso tempo, gerimos o que nós queremos para discutir o que nos interessa para nós para o nosso partido e para as pessoas que votaram em nós e começo a ficar um bocado incomodado com esta situação, que a oposição não faz nada e que... que é sempre com esta situação, a senhora saiu, mas fica escrito em ata que começo a ficar incomodado que a oposição não faz nada, vinda de uma deputada Independente. Há regras de democracia, é para cumprir, realmente a lei 169/99/68 fala do justo impedimento, mas a senhora Presidente é que tem que justificar esse justo impedimento e não sou eu como deputado desta Assembleia que vou falar sobre a senhora Presidente ou sobre o executivo, mas no entanto, falo agora sobre a análise da análise do senhor deputado do PS, quando mostrou o primeiro gráfico, eu vejo aquele gráfico, que é, especulação imobiliária. A especulação imobiliária que existe em Portimão existe em todo o país, que faz com que os portimonenses e as pessoas que viviam cá não consigam comprar casa, é realmente esta situação que se verifica é a especulação imobiliária, casas caríssimas que são vendidas a pessoas estrangeiras que vêm cá viver ao nosso país que não pagam impostos, têm aquela isenção dos dez anos, é os vistos Gold e essas dinâmicas financeiras que arranjam que está a fazer a nossa cidade alavanque esta receita extraordinária. Não é que eu seja contra a esta arrecadação de IMT e acho muito bem e acho que a Câmara deve fazer isso, mas não faz justo às pessoas que estão cá a viver. Não é uma pessoa que ganhe o ordenado médio ou o ordenado mínimo e que têm muitas pessoas que ganham o ordenado mínimo, basta ver pela nossa Câmara que tem não sei quantos assistentes operacionais que ganham o ordenado mínimo, que têm casa própria e que pagam o IMI à taxa máxima, que pagam o IRS a cinco por cento. É com esses que eu estou preocupado senhor deputado, não é com esses milionários que você





-----Quem compra essas casas milionárias não são as pessoas que vivem cá com o ordenado mínimo e que têm as suas casas que pagam a taxa máxima, tanto do IMI, aqueles pequenos comerciantes que pagam a derrama e os outros e também nós todos que trabalhamos aqui que pagamos os cinco por cento do IRS. É desses que eu estou preocupado, com esses que você me apresentou nesse documento, desculpe lá, não estou preocupado com esses senhores, eu nem sei de onde é que vêm esses dinheiros, até fico preocupado como é que pessoas que compram apartamentos de quatrocentos mil euros em Portimão, fico naturalmente, faz-me um bocado de espécie, não sou contra, não tenho nada contra isso, mas faz-me espécie onde é que esse dinheiro aparece, mas é com estas pessoas que ganham o ordenado mínimo, é que eu estou preocupado. Eu sei que a Câmara também tem feito um grande esforço e realmente muitos deles está aqui, o esforço está feito é por causa do FAM, é aproveitar este excedente de receita e amortizar a divida, não vamos estar agora a discutir outro assunto e tentar tapar o sol com a peneira, também é obrigação que a Câmara tem os pagamentos em dia, também faltava a Câmara ter esta receita toda e ainda ficar a dever, aí é que eu dizia que a oposição não fazia nada e ia-me embora. Tenho dito. -----------Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD Bruno Candeias, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que Portimão no passado viveu tempos complicados, tempos de dificuldade financeira e isso notou-se no exterior com a falta clara de investimento naquilo que é o espaço público, naquilo que são os serviços públicos. Felizmente nestes anos mais recentes temos tido resultados positivos e resultados positivos não há forma de dar a volta, são resultados positivos. A questão é o que é que se tem feito com o dinheiro, nós nos dias de hoje vemos resultados positivos e continuamos a ver uma enorme falta de investimento naquilo que é o serviço público, naquilo que são os espaços públicos, nós temos falta de escolas, temos falta de manutenção em escolas, temos um auditório que está abandonado, sei que há planos para esses espaços e aqui fala-se muitas vezes que estamos a trabalhar para que Portimão tenha um futuro bom. Portanto, nós estamos um pouco cansados e nós queremos é que Portimão tenha um presente bom e vemos municípios perto, municípios mais a Norte do país, em que as pessoas sentem realmente um orgulho da sua cidade e um orgulho generalizado. Em Portimão eu não sinto isso, sinto realmente algumas pessoas que dizem que é bom viver em Portimão e eu adoro viver em Portimão, mas aquele orgulho, aquele andar a passear na rua e dizer isto é a minha cidade e está bem tratada, eu não sinto isso e é com alguma pena e vejo os resultados positivos, vejo também, nós somos um município que cobra água das mais caras do Algarve, nós cobramos taxa de derrama das mais altas do país, nós cobramos IMI das taxas mais altas do país também e é com alguma naturalidade também os resultados positivos aparecem, mas dizer isso que o dinheiro não é tudo e se antes nós tínhamos uma explicação tínhamos uma justificação para o estado em que estava a nossa cidade, hoje com dinheiro eu não vejo grandes melhorias sinceramente. Portanto, leva-me aqui a pensar se o dinheiro não é problema o que é que será? E fala-se em concursos desertos e nós não nos podemos esconder atrás dos concursos que ficam desertos, nós temos que criar concursos que sejam obedecíveis que é para as empresas que os vão realizar. Se eles ficam desertos por alguma razão é. Portanto, deixar





aqui este apelo, Portimão tem que ser um sítio bom para viver hoje, não é sempre falarmos no futuro. Obrigado. ----------Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Noqueira, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que quando ela pediu a palavra, no fundo era para fazer indagar uma questão à senhora Presidente que agora nem vale a pena o fazer e, portanto, perdeu um pouco da atualidade, uma vez que todos sabem que em relação às contas aqui apresentadas, a CDU não as discute, é um papel, são as contas do Partido Socialista que é quem governa , são contas que estarão bem feitas de certeza absoluta, em virtude da competência dos técnicos desta câmara que as fazem de forma pormenorizada. No nosso entender, mais importante que estas contas consolidadas, será precisamente a execução de um orçamento que todos nós sabemos que essa taxa de -----Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega Paulo Jorge Nascimento Canha, para dizer que não era para intervir mais, mas face àquilo que aqui se passou e face àquilo que foi dito, não se sente bem com a sua consciência e se não intervir, ainda mais representando o Partido Chega. É por estas e por outras que as pessoas estão fartas de uma série de coisas em Portugal, e é por estas e por outras que as pessoas se cansam das políticas e dos políticos, é por estas e por outras que as pessoas se cansam daquilo que ouvem dos discursos alinhados e que muitas vezes não correspondem à realidade. Agora, aqui o senhor deputado Bruno falou e é verdade, os resultados positivos são resultados positivos, mas o que é que esses resultados positivos implicam no portimonense diário, no comerciante diário em Portimão? Zero, bola, não implica absolutamente nada, há uma coisa que é a economia, que é o rendimento disponível, onde é que ele está nas famílias de Portimão? Nada. -----------Depois, assiste-se aqui à apresentação de mapas e de mais mapas, mas nós não nos podemos esquecer que estamos num concelho que é Portimão que é o segundo concelho falido no Algarve, a par de Vila Real de Santo António e é preciso humildade e nunca esquecer isto, independentemente dos resultados serem positivos e das pessoas trabalharem para recuperar, os resultados positivos não, para recuperar uma dívida que ascende a noventa e quatro milhões de euros e que não sai daqui e, portanto, nós não nos podemos esquecer que não temos dívida, nós não temos dívida, porque existe uma coisa que se chama sistema de normalização contabilística das administrações públicas. O que é que fez? Fez mudar e alterar uma série de coisas naquilo que é contabilidade pública neste país de há uma série de anos a esta parte, que permitiu que concelhos como Portimão gerissem a autarquia local acumulando dívida atrás de dívida que chegou até onde é que chegou e isto não nos podemos esquecer nunca nem devemos esquecer isto. Por outro lado, também não nos podemos esquecer que existe uma coisa que se chama lei de compromisso de pagamentos em atraso. O que é que dá? Dá que as câmaras têm que ter obrigatoriamente cabimento cada vez que assumem uma dívida, não é como assumimos e que vimos durante anos no passado. Portanto, há aqui uma série de coisas que se dizem que é preciso ter cuidado e não ter a memória curta daquilo que aconteceu e nós não temos a memória curta, nós estamos, ainda a





semana passada tivemos aqui o Presidente da CCDR, que ele bem disse o Algarve e particularmente Portimão vive numa zona de armadilhamento económico, isto quer dizer muita coisa, desde a educação, desde a economia, desde a cultura, desde a parte social, o setor social e, portanto, há aqui uma série de problemas que não nos podemos esconder só em resultados positivos. Mais, não devemos continuar com esta ladainha do FAM e do FAM e do PAM e do FAM, porque o FAM, aliás nas contas apresentadas, diz exatamente que é uma série de impostos que têm diretamente implicação nas famílias e nas empresas que podem ser alterados, nomeadamente reduzidos desde que não coloquem em causa a sustentabilidade das finanças locais, e o que é que se tem visto? Estes lucros todos não colocam em causa a sustentabilidade das finanças locais. Portanto, todos estes valores, derrama, IMI, devolução de IRS podiam estar a zero naquilo que é possível a limitação da autarquia, eu sei o que é que estou a dizer. Agora, mais uma vez, o IMI é aquele imposto que é dos impostos, perdoem-me a expressão, mais estúpidos que existe, mas continuamos a não o diminuir, mas apresentámos resultados positivos. Portanto, há todo aqui uma série de questões que é preciso colocar o dedo na ferida e não nos esquecermos de que aquilo que os senhores fizerem como executivo, como gestão desta autarquia, têm responsabilidade, porque de há uma série de anos a esta parte é exatamente o mesmo partido que está cá e, portanto, temos que ter essa hombridade e de assumir que existe uma responsabilidade acrescida naquilo que é o pagamento todos os anos de um milhão de euros só de juros de dívida. Quem é que paga? Não sei, mas todos sabemos quem é que paga, são os portimonenses todos e as empresas. Portanto, há aqui uma série de questões que é preciso não esquecer naquilo que é e que foi o passado, o presente e há-de ser o futuro. Aliás, ainda há pouco e era uma questão que eu agora gostava de colocar, ainda ontem estive a verificar um documento assinado entre a autarquia e o ERU, isto a propósito da problemática, isto tem a ver com as contas, em que em 2021 foi assinado um acordo com o ERU, aliás e falo exatamente de um acordo de sessenta e quatro milhões de euros, em que metade desse investimento era por via da bonificação e por via de empréstimo bonificado. Eu não vejo isso nas contas relativamente quer a 2021, quer a 2020. E fala-se aqui de uma série de dados que eu ando aqui agora à procura a ver se os encontro, que deveriam estar refletidos nas contas de 2022, um milhão e trezentos mil euros no bairro Pontal, duzentos e sessenta e três mil euros no Alto das Cardosas, setecentos mil euros no bairro da Cruz da Parteira, dois milhões e novecentos mil euros do Vale de Lagar, oitocentos e cinquenta mil euros, ou seja, na rua Alho Serra do bairro da Coca Maravilhas, mais um milhão e duzentos mil euros no bairro Pontal. Há toda uma série de previsão aqui que eu não vejo nestas contas de 2022. O que é que foi feito a este dinheiro, o que é que é feito desta obra? Mais uma vez se viu, plano plurianual está aqui nas contas prestadas, plano plurianual de investimentos, em 2022 só foi alcançado cinquenta e quatro vírgula dois por cento do orçamento. Onde é que está a obra, onde é que está a renovação, onde é que está a alteração estrutural da cidade, como é -----Ficou com o uso da palavra, a senhora vereadora da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos** Mendes, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que compreende que o senhor

25





deputado do Chega de alguma forma se tenha agora inervado ou alterado, ou nem sabe bem o que é que foi neste momento que aconteceu de repente. Para já os temas que discutiu não são os temas que estão em discussão. ----------Depois, ou não esteve nas reuniões anteriores, ou esteve distraído, não sei, porque tudo o que disse principalmente agora na última parte que tem a ver com a estratégia local de habitação, estratégia local de habitação foi celebrado realmente um acordo em 2021, mas não se pode refletir no orçamento, uma vez que o acordo é um acordo onde existe uma verba prevista, depois cada projeto será financiado e só pode o financiamento de cada um dos projetos que neste momento já foram lançados dois deles, que é o da Coca Maravilhas e o projeto da 25 de Abril, só após essa verba ser autorizada e de alguma forma disponibilizada para o município é que pode ser refletida no orçamento que esperemos que seja ainda a tempo de aparecer no orçamento de 2024 que é quando a obra, uma vez que os projetos estão terminados, é hora de lançarmos a obra. Portanto, isso tem a ver com a estratégia local de habitação e que já foi discutido nesta Assembleia por diversas vezes, assim como nas reuniões de Câmara. ---------------Depois, quanto aos outros temas que nos alertou, FAM e tivemos também aqui a questão de derramas e IVAS e tudo mais, não é o tema, percebendo tem um reflexo nas contas, mas neste momento o que estamos a discutir é o documento das contas consolidadas e não das taxas que são cobradas sejam elas quais forem, que esse houve um momento próprio e que já foi também amplamente aqui discutido, amplamente dito por vós por norma o que acabaram de dizer agora e que eu não vou como é compreensível repetir aquilo que já foi dito pela senhora Presidente, pelo senhor Vice-Presidente em reuniões anteriores. Disse. -----------Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD Vítor Manuel Campos Couto, a bancada do PSD quero dizer que é solidária com a posição do Portimão mais Feliz, só não abandonando esta Assembleia por respeito aos portimonenses e por respeito ao ponto que estamos aqui em discussão e à importância que o mesmo tem. -----------Relativamente a este ponto, ao analisar o relatório consolidado é notório que o município de Portimão exibe uma boa condição financeira, o que pode ser observado quer pela melhoria dos rácios de rentabilidade, de estrutura e de liquidez e desse ponto de vista estamos falados, do ponto de vista técnico de facto, o município está no bom caminho. Mas esses indicadores refletem uma gestão financeira eficiente, responsável, mas também temos que perceber, mas cujo equilíbrio que é feito é atingido principalmente pelo lado da receita, do lado da receita e do lado dos impostos diretos que aumentaram exponencialmente. Há um bocado o senhor deputado esteve a mostrar alguns mapas e alguns gráficos e eu também lhe vou mostrar. O gráfico, desde que esta Presidente assumiu funções nesta Câmara Municipal, indicou-nos que os impostos diretos, por exemplo, aumentaram simplesmente para o dobro, passaram de vinte e seis milhões a receita anual para cinquenta e três duzentos e catorze mil euros. Portanto, nunca foi do lado da despesa que foi feita qualquer consolidação neste município e é preciso deixar isso vincado. Mas voltando ao ponto base, que é, de facto, estamos hoje com boa saúde financeira,





e o que é que seria de esperar por parte dos portimonenses? Seria de esperar advir daí benefícios, benefícios para o desenvolvimento do nosso concelho e para a vida dos nossos concidadãos. No entanto, não é isso que os portimonenses verificam. Lamentavelmente a título de exemplo, constatamos que o plano plurianual de investimentos para o ano 2022, que desempenha o papel fundamental no desenvolvimento e no crescimento do município, sendo este documento onde está as diretrizes estratégicas que orientam os investimentos, visando a melhoria das infraestruturas, dos serviços públicos e da qualidade de vida da população, apresentou uma taxa de execução simplesmente de cinquenta e quatro vírgula dois por cento, segundo aqui o documento que nos é apresentado hoje, ou seja, aquilo que é estratégico daquilo que foi planeado, executado pelo município, aquilo que executou foi metade, mais ou menos, portanto não podemos estar satisfeitos com isso. Se houver uma lacuna preocupante na concretização dos projetos estruturantes, planeados e aprovados para o referido período, evidenciando deficiências quer no seu planeamento, quer na implementação daquelas que eram as grandes opções do plano. De igual modo, é preocupante que mesmo com os níveis recordes de receita, ainda enfrentemos carências em áreas como a habitação, como a educação, como a saúde, a mobilidade, espaços verdes, a requalificação dos espaços verdes, por exemplo. Eu começo por destacar com inquietude que a situação relacionada com a execução dos projetos ligados à estratégia local de habitação, já aqui a senhora vereadora se pronunciou acerca deles, que ainda estão em fase de planeamento, como tal, não estavam projetados nestes orçamentos, mas eu recordo e já vi que já foram assinados com muitos municípios nacionais e algarvios esses acórdãos. Porque é que os de Portimão ainda não foram assinados e ainda não estão em execução? É que esses atrasos, essa demora compromete a capacidade de resposta do município em situações urgentes e que requerem uma solução urgente, não é? E se nós temos essas disponibilidades financeiras, não percebo o porque é que o assunto não está mais avançado. ------------------------------Também na área da educação o município de Portimão é neste momento fruto das transferências de competências, o órgão responsável pelo planeamento, a gestão e a realização dos investimentos nos estabelecimentos públicos de ensino, onde são também observadas as falhas existentes, dando só a título de exemplo a sobrelotação das turmas que se verifica, assim como a distribuição inadequada das turmas por espaços que já estavam desativados e que hoje não reúnem as melhores condições para o desenvolvimento das nossas crianças. Além disso, também são detetadas ainda deficiências na rede de transporte escolar. Infelizmente nós assinámos há pouco um novo contrato do Vai e Vem, mas verificouse agora que, por exemplo, em relação aos alunos da Mexilhoeira Grande, que têm aulas nos cursos de ensino profissional em Portimão, nomeadamente no agrupamento da Bemposta, ou na Poeta António Aleixo, que apesar de terem pago o passe, desde dia 14 que não têm um serviço de transporte que os vá lá levar à escola, deixam-nos aqui no Largo do Dique, porque a ligação do Largo do Dique para as escolas já não existe, e esses alunos estão ou vão a pé com os pais, têm que vi-los trazer à escola, é lamentável





-----No que diz respeito à saúde, que também Portimão foi, penso eu, penso que terá sido mesmo o primeiro município que quis logo assinar o acordo de descentralização e tal e aceitou competências. Ao assinar, assumiu compromissos e que compromissos é que são esses? Assumiu a responsabilidade com a gestão operacional e financeira dos centros de saúde. Correto? E o que é que nós observamos? Observamos que ainda hoje, em 2023, se observam às primeiras horas da madrugada utentes na fila, às vezes expostos ao frio, à chuva para conseguirem obter a simples consulta do dia. Isto hoje em dia também já é em parte responsável deste município, e se temos os meios financeiros, talvez devêssemos zelar também pela sua resolução. Esta é, aliás, uma situação que é indigna para um país europeu para um membro da União Europeia e é típica de um cenário que se vive nos países do terceiro mundo. Infelizmente em Portimão vivemos assim. -----------Quanto à questão da mobilidade é outro ponto preocupante, o adiamento contínuo dos projetos de construção das vias de descongestionamento de tráfego que têm causado um verdadeiro caos no trânsito automóvel em Portimão. Hoje em dia, mesmo durante o inverno, é comum enfrentarmos fortes constrangimentos à circulação nas principais artérias da cidade em determinados momentos do dia, situação que não afeta apenas os moradores, mas também o comércio local, o turismo e compromete a vida de todos nós. Sabemos que estão a ser feitas algumas coisas, mas também sabemos que muito daquilo que estava planeado não foi executado. E se temos recursos volto a dizer, continuo sem perceber o porque é que não foi executado. -----------Por último, mas não menos importante, é crucial abordar aqui a questão dos espaços verdes da nossa cidade. Muitas promessas foram feitas e projetos foram planeados. Porém, avançam a passo de caracol, ou nem sequer avançam. -----------Foi prometido ainda há pouco tempo pela atual Presidente, Dra. Isilda Gomes, a criação de um corredor verde nos terrenos municipais da zona do barranco do Rodrigo, mas pasmem-se senhores, agora, a Câmara Municipal, o executivo municipal levou à reunião de câmara a venda em hasta pública desse mesmo terreno onde estavam previstos e planeados o tal corredor verde que era com não sei quantos hectares, sessenta hectares ou coisa assim, segundo a senhora Presidente na altura anunciava aqui na Assembleia Municipal. -----------Há anos que se fala num parque urbano nas proximidades do mercado municipal, mas quando nós lá chegamos a única coisa que vemos é o betão do parque de estacionamento, é a única coisa que lá está. ______ -----Fala-se também há muitos anos, ainda há mais, há quase uma década, da requalificação do parque da juventude. Vão dizer, «sim, nós fazemos, abrimos concurso, ninguém concorre. Pois é, em Portimão infelizmente ninguém concorre, mas noutros sítios fazem-se parques todos os anos praticamente e há concorrentes, portanto alguma coisa está mal, não é? -----------Outros exemplos poderiam ser dados, ainda ontem, por exemplo, na Junta da Freguesia da Mexilhoeira Grande e para não falarmos só do município, porque agui também estamos a falar das contas





consolidadas de todo o grupo municipal, ainda ontem na freguesia da Mexilhoeira Grande e na Assembleia de Freguesia, está ali o senhor Presidente que não me irá deixar enganar com certeza, mais de dez pessoas foram lá pedir que houvesse abastecimento de água pública na zona da Pereira. Estamos em 2023, muitas zonas do nosso município ainda não têm saneamento básico, ainda não têm água. As pessoas foram lá ontem pedir, a resposta que levaram é para que peçam à EMARP. Esperemos que a EMARP que também tem dado lucro, consiga finalmente fazer esse trabalho e abastecer todo o concelho.

-----Meus senhores, em resumo este é mais um orçamento que considera o Partido Social Democrata um orçamento desperdiçado, uma vez que os interesses dos portimonenses não foram adequadamente defendidos, o que reflete a falta de planeamento e a falta de estratégia de gestão estratégica daqueles que governam este município e que o Partido Social Democrata tem alertado repetidamente. ------------Concluo, apelando a todos os membros desta Assembleia Municipal para que reflitam sobre as questões aqui apresentadas e que tomem medidas efetivas para corrigir as deficiências e melhorar a qualidade de vida e dos cidadãos de Portimão. Não basta vir aqui dizer que apresentámos lucro num orçamento. Eu estou farto de dizer que muitas vezes mais importante do que discutir o orçamento, é discutir a sua execução, porque nós podemos prometer muito, dizer que vamos fazer muito, orçamentar muito, mas depois aquilo que se vê é ficarmos pela metade, mas o dinheiro vai na mesma, porque a nível das despesas praticamente o grau de execução foi bastante elevado, aproximou-se dos cem por cento, ou seja, deixámos metade daquilo que foi prometido fazer por fazer, mas mesmo assim o dinheiro foi gasto certamente em outras coisas, não ponho isso em causa, mas as expetativas que nós olhamos quando fazemos um orçamento, quando prometemos alguma coisa aos portimonenses, esse nosso compromisso deve ser levado a sério, não devemos prometer aquilo que não podemos, não devemos orçamentar coisas e ter projetos muito bonitos para fazer grandes parábolas nos jornais ou na imprensa regional. Não é isso que os portimonenses esperam de nós todos aqui. Esperam que o que a gente promete faça, que cumpra e este orçamento não cumpriu aquilo que tinha sido prometido aos portimonenses. ------------Assim, meus senhores, resta-nos dizer que vamos votar naturalmente contra este documento, porque não correspondeu às expetativas que gerou nos habitantes nem àquilo que foi prometido aos habitantes e aos portimonenses fazer. Muito obrigado. -----------Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega Paulo Jorge Nascimento Canha, para dizer que a propósito daquilo que ele tinha dito há pouco e relacionando com a questão da habitação e nomeadamente a propósito da apresentação das contas consolidadas, ele estava à espera de ver nestas contas consolidadas, também não viu relativamente a 2021, e estava à espera de ver em 2022, uma parte que está do programa financeiro do acordo estabelecido com o ERU relativamente à habitação, em que uma parte é cedida pelo ERU, outra parte é cedida por empréstimo bonificado, e dos quais ele não viu isso nas contas consolidadas e gostava de ser esclarecido nesse sentido. Obrigado. -----------------Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda Pedro Miguel Sousa da Mota,

uma coisa que me surpreende neste executivo é o seguinte. As únicas obras ou concursos que são





lançados, que são executados, é das festas, por exemplo, aqui do Natal, quatrocentos e quarenta e seis mil euros. Tudo o que é para festas os concursos não ficam vazios, quando é para obra, quando é para os portimonenses a sério, para as pessoas realmente terem uma boa qualidade de vida, ficam vazios. É isso que me faz um bocado de espécie, esta dualidade dos concursos. Mais uma vez fico-me por aqui e mais uma vez não vimos investimento, o investimento vemos ali, agora já é tipo um bairro social ou parque de campismo, ali o auditório continua na mesma, já foi falado aqui, mais uma vez eu não vou-me repetir outra vez, mas o parque da juventude é o mesmo sentido, a cidade muito suja, estamos fartos de falar nisso e continua e continua a cidade muito suja, pessoalmente na área em que eu trabalho, eu mais uma vez falo aqui da Gil Eanes vão lá tirar fotografias, vão lá segunda-feira de manhã façam favor, vão lá à rua Infante D. Henrique, pelo menos naquela zona já não falo na praia da Rocha, mas pronto agora também é uma situação fora do normal, mas mesmo não sendo em situações que haja espetáculos ou que haja este tipo de eventos, a cidade está muito suja e é isso que nós ficamos um bocado aborrecidos. Só para as festanças tudo bem, quando é para o comum portimonense que vive cá, que dá o ano todo aqui para Portimão, ficamos sem nada, e sobre a especulação imobiliária, é fácil de combater esse gráfico, é fazer habitação e mais rapidamente possível. Se fizessem habitação a custos controlados, ou a social, as pessoas procuravam esse tipo de habitação, as rendas baixavam e o próprio custo da habitação também baixava. É fácil, já foi feito, isto é uma receita que já é muito conhecida. Tenho dito. -----------Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS José Manuel Fiqueiredo Santos, nós pensamos, enfim, dar o nosso contributo para esta discussão emotiva e acalorada, obviamente e isso é próprio de quem gosta da sua terra, portanto é normal que assim seja. Pois bem, nós iríamos tentar encontrar aqui, enfim, alguma dose de razoabilidade naquilo que constitui a nossa apreciação objetiva da cidade. ----------Apreciamos as potencialidades, o que há a desenvolver, o que está por fazer, naturalmente é imenso, não é, tanto mais que se Portimão pretende ser como é uma cidade turística, naturalmente que tem que equacionar esse binómio de desenvolvimento, enfim, turismo, de lazer não é? E, portanto, imprimir naturalmente essa feição lúdica à cidade. Portanto, dir-se-ia que trocar ou inverter a lógica da atividade económica que é o turismo, da atividade económica dominante pela especulação imobiliária, não parece minimamente rigoroso e consequentemente, portanto, é imprescindível pensar nas vicissitudes do turismo e elas são muitas, a nível económico, a nível social e a nível cultural. Portanto, não podemos por conta de um, enfim, de um certo tapete, enfim, de uma matéria que nos é querida e que tem a ver obviamente com aquilo que é o fulcro, enfim, da atividade citadina, procurar digamos a coberto da especulação imobiliária, descurar esta alavanca de desenvolvimento na nossa região. Portanto, importa observar isso. -----Naturalmente que o nosso futuro é hoje, mas é hoje em função do ontem e o amanhã será em função do hoje e, portanto, estes aspetos estão absolutamente interligados, não há desenvolvimento por geração espontânea. O desenvolvimento obedece a um quadro histórico e efetivamente é assim que nós deveremos





-----Eu diria que se nós temos, por exemplo, consciência do contributo da nossa cidade para o PIB nacional em termos turísticos, importaria observar isso, face a esse confronto que nós estamos a fazer com a questão da especulação imobiliária que não é de todo em todo de excluir obviamente na sua análise e muito bem, mas vamos ver a expansão demográfica desta cidade, com quinze por cento de estrangeiros. Esses estrangeiros não vêm para aqui fazer especulação imobiliária, ou seja, temos muita mão-de-obra estrangeira, portanto temos que dar apreço de facto a essas alavancas de desenvolvimento local. ----------É um facto que o rendimento disponível e muito bem, disse o senhor deputado Paulo Canha, ainda não chegou às famílias, mas quer dizer, só é possível efetivamente distribuir a partir do momento em que se produz. Aliás, o Partido Socialista é muito criticado justamente por isso, porque tem digamos tendências distributivas, não é, não digamos olhando a esse quadro produtivo. Obviamente que nós estamos a apreciar contas, não estamos a apreciar senhor deputado Vítor Couto, peço imensa desculpa, nós não estamos a apreciar um orçamento, nós estamos a apreciar um exercício findo e consequentemente digamos é esse exercício findo que está a ser objeto aqui da nossa apreciação, portanto ninguém aqui fez promessas nem acalentou esperanças, ou seja, estamos no fundo, aqui a apreciar aquilo que naturalmente traduz o exercício findo, e esse exercício findo e é aqui que eu discordo um pouco do senhor deputado Paulo Canha, esse exercício findo não é, ou não constitui efetivamente uma engenharia financeira, ou seja, temos uma pauta contabilística a que temos que obedecer e todas as autarquias têm digamos esses mesmos parâmetros a observar e, portanto, digamos que sobre esse ponto de vista penso que não é, não podemos escamotear o esforço do executivo, no sentido realmente de ter resultados positivos, pese embora possamos dizer, «bem, mas há compromisso com o FAM, isso sugeriu, digamos uma elevação nos impostos, coisa que já, enfim, foi objeto de ponderação e de negociação, no sentido da sua redução», portanto digamos que, é importante que nós percebamos isto. E diz curiosamente algo que eu achei que é de notar que tem sido sempre o mesmo partido. Bem, é justamente por ter sido sempre o mesmo partido que eu há pouco dei uma nota de autocrítica em relação a um passado do partido em matéria de gestão autárquica e fiz essa crítica e assumo plenamente os erros que o partido cometeu, enfim, todos nós temos a ideia de que houve um consumo excessivo, muitas vezes perdulário, não é, que comprometeu seriamente as finanças públicas. É óbvio que também é de explorar esta ideia de que esse mesmo partido foi aquele que foi sistematicamente eleito, ou seja, esse mesmo partido teve legitimidade democrática para o exercício do poder, portanto, ou seja, não vem travestido, não se chama um outro nome qualquer para esse aspeto. ------

------Há aspetos relacionados, nomeadamente, por exemplo, com a saúde que não vem aqui ao acaso, enfim, no nosso diagnóstico, porquanto, enfim, não tem aqui cabimento na nossa apreciação. Já as zonas verdes não estão em causa, elas mantém-se com quanto nós não temos conhecimento de qualquer compromisso que tenha vindo a bloquear, não é, ou a destituir de lógica de sentir a manutenção desse mesmo compromisso. Portanto, eu assumo aqui perante vós esta, eu não sei se estamos a cometer algum pecado original, mas supostamente não, isso mantém-se é uma promessa do Partido Socialista, o Partido





Socialista obriga a cumprir, a dar cumprimento, o Partido Socialista através do executivo da Câmara, não é, não estou digamos aqui a falar numa lógica partidária, estou a falar numa lógica autárquica, qualquer pessoa perceberá que é essa a ideia.

-----Bem, então falando nas contas do ponto de vista político, vamos dizer que efetivamente há críticas que são pertinentes, que têm pertinência, obviamente que sim. A senhora Presidente há pouco explicou, e eu tento ser empático, independentemente do partido que possa estar no exercício autárquico. Aborda uma câmara com dívidas, com um peso imenso da dívida, faz a programação da liquidação da dívida, tem de se socorrer do fundo de apoio municipal, tem que assumir esse compromisso com contrapartida, justamente, portanto, do aumento dos impostos. Negoceia esses mesmos impostos, face à liquidez que vai tendo. Isto significa dizer que há aqui efetivamente uma intenção nobre, não podemos duvidar disso, mas a verdade é que a dívida não está paga, a verdade é que nós ainda não saímos dela ou de parte dela. Portanto, é necessário que nós tenhamos a consciência de que de facto as dificuldades persistem, não já com aquela acuidade que tinham, mas obviamente que persiste. Temos a ideia, ou melhor dito, a convicção séria de que há problemas no mercado que fazem com que as iniciativas de facto sejam lucro, quer dizer um concurso deserto é um concurso deserto funcional, e os senhores nessa matéria não podem lançar suspeição, não podem lançar dúvida com quanto os concursos estão aí, são ou constituem documentação pública. Certo? Portanto, nessa matéria espero que nós estejamos perfeitamente entendidos. ------------Eu desejaria e penso que falo em nome do sentido do meu partido, que nós tivéssemos esta consciência, é de que uma maioria absoluta não significa o absolutismo do poder. Uma maioria absoluta significa maior estabilidade no rumo, mas não pode prescindir da negociação, não pode prescindir dos projetos apresentados pela oposição, a vivência democrática tem que passar por aí, nós não somos iluminados, ou seja, todos, mas todos independentemente de estarem alinhados pelo governo ou pela oposição, todos têm o seu contributo importante a dar à cidade neste caso. Portanto, eu diria que, há um aspeto que, independentemente do domínio político me é profundamente, mas profundamente sensível, no sentido em que no plano da apreciação das contas nós muitas vezes chegamos a duvidar da sua verdade, da veracidade das contas. Isso para nós seria de facto algo insustentável, e essa faceta técnica da veracidade da verdade das contas também tinha que vir aqui à colação, à discussão. Nós estamos absolutamente convictos de que estas contas narram de uma forma absolutamente fidedigna o exercício findo. Aliás, eu faço disto bênção porquê? Porque nós não nos podemos alhear, não pode haver alheamento das reservas, são contas aprovadas pelo ROC com reservas, ou seja, é necessário observar que as demonstrações financeiras se apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os campos materiais. Esta é a informação do ROC, mas porquê então as reservas? As reservas apontadas justificamse justamente pelo curso da definição da metodologia mais adequada para a mensuração e para o reconhecimento de certos ativos do património, património cultural, património histórico e a transferência de bens do estado para o município, portanto o enclave das reservas reside aí justamente, ou seja, há aspetos de ordem imaterial, imagine-se um quadro, uma pintura, não é? Que tem que ser objeto de uma





valorização material, instrumental, mas que cuja metodologia, o contabilista, o contábil melhor dito, não está seguro, porque não tem conhecimentos de transporte de capitais materiais para capitais imateriais. -----Nós podemos gostar muito ou pouco desta política do PS na Câmara Municipal, não está em causa. Há aspetos críticos? Haverá com certeza. Nós próprios que aqui estamos não somos alienados, penso que os senhores nos tomarão por pessoas lúcidas, que desejam obviamente o desenvolvimento, que têm capacidade crítica no seio do seu próprio partido. Portanto, eu digo isto com toda a frontalidade, não tenho receio rigorosamente nenhum. Agora, o que me parece em termos de reflexão política que nós fizemos, é que este documento revela uma transparência absoluta no exercício e contém uma matéria financeira factual, e por isso o Partido Socialista entende que deve com base neste documento destacar de facto esse esforço de gestão dos dinheiros públicos. E esse esforço de gestão é que vai permitir efetivamente manter e reforçar, e eu reforço o reforço, reforçar o investimento. É importante que este executivo o faça, é importante que este executivo seja agressivo nesse sentido. Agora, também é necessária prudência por conta das situações de instabilidade nos mercados. -----Não há muito tempo e a nossa memória não é tão falha assim, o executivo acudiu um fenómeno epidémico repentino, e o atual esforço de guerra a que nos obrigaremos seguramente e que estamos obrigados, poderão vir a ter efeitos devastadores na economia do país e da cidade suscitando desafios mais ousados. Por isso, nós pensámos que é necessário que haja efetivamente uma maior ousadia em termos da discussão e de uma visão para a cidade e essa visão para a cidade não pode ser para hoje, essa visão para a cidade deve ser pensada hoje para o futuro, porque nós não vivemos, a vida política não é a espontaneidade, tem que ser a razão e nem é a emoção que hoje se procura jogar através da sociedade de espetáculo. Portanto, a nossa homenagem ao executivo, aos dirigentes desta casa, aos trabalhadores e queremos dizer-vos isto, queremos dar, deixar esta mensagem ao executivo, mas é uma mensagem que o executivo poderá se assim o entender, poderá interiorizar. Nós sabemos que não importa tanto o quão devagar possam ir desde que não parem, é isso que nós desejamos, é que não parem. Muito Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD Natalino António Gomes Alves, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que apenas queria-lhes dizer e levantarse para que todos o vejam, de que é um portimonense nascido nesta cidade, ou seja, é aquele que viveu o antes, viveu o depois e espera viver o futuro. E nesta situação, não sei se muitos se calhar, e quem fala mais do outro lado se calhar nem tão pouco é de cá, penso eu, portanto não viveu desde o princípio o desenvolvimento desta cidade e o que eu espero como portimonense, era de que esta cidade tivesse o desenvolvimento suficiente para agradar principalmente aos portimonenses e todos aqueles que nos visitam como turistas. ------------Dizer também que este momento é um momento para discutir as contas, mas atrás dessas contas tem a parte política. E se as contas estão certas e acredito que estejam certas e ainda bem que as contas são positivas e não negativas, mas os municípios não nasceram, não estão cá para dar resultados positivos





-----Os senhores só dizem as belezas, mas não dizem as desgraças. Diga-me em todos os projetos que os senhores aqui mencionaram nas vossas eleições, no vosso programa eleitoral, quantos deles estão conduzidos e quantos deles estão concluídos. Os projetos começam antes para serem concretizados depois. Não é quando eu tenho a carteira cheia que começo os projetos e vou concluí-los no dia das eleições para as inaugurações. É isso que o senhor quer dizer e os portimonenses merecem mais, merecem respeito, merecem desenvolvimento da sua cidade, merecem que cada um que sai da nossa casa para o nosso emprego chegue a horas, chegue em tempo, chegue em condições, não é com filas infindáveis que se resolve esse problema. Que futuro temos a essa cidade nesse aspeto da mobilidade? Que desenvolvimentos é que esta cidade teve nesse? Portanto, os senhores podem dizer o que quiserem, porque cada um de nós portimonenses que cá vive, sente na realidade que é diferente, muito diferente. É o mesmo que o INE dizer que a inflação está nos três por cento, mas a gente vai a um supermercado, compra os mesmos produtos e a inflação não está nos três por cento, está nos catorze, nos quinze e muito





mais. O que é que os senhores pensaram em termos de evolução demográfica da nossa população da nossa cidade pensando na habitação? O que é que vocês pensaram, que projetos é que têm, estão a fazer, é o que a gente ouve todos os dias. Onde é que está o cemitério, que vocês falam desde que eu vim para esta Assembleia? Já não me lembro quando é que foi. Onde é que está? É isso que eu pergunto, é isso que os portimonenses querem, querem a realidade e não a mentira e não a dizer que fazem e que não fazem.





Ficou com o uso da palavra, a senhora vereadora da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, queria dizer que relativamente à questão do IMI que já falaram várias vezes que tem vindo a aumentar e a diferença do IMI e do IMT. O IMT é uma taxa que não é para toda a gente, é só para quem faz o investimento, e as transações é uma transação económica, por isso é que segundo a transação económica pagam esse valor, enquanto o IMI é para aqueles que são proprietários de uma casa e esse sim nós temos vindo a baixar ao longo dos anos, devido também ao facto da negociação que temos feito com o FAM.

-----Relativamente à dívida, existe realmente uma dívida, nunca a negámos, aliás, o primeiro mandato da senhora do executivo que esteve no primeiro mandato, o foco foi na realidade fazer com que as contas ficassem de alguma forma equilibradas e houve a negociação com o FAM por forma a que se conseguisse realmente no segundo mandato começar a fazer algum investimento e passou certamente por fazer projetos como disse o senhor deputado, porque não era permitido fazer qualquer despesa para além da gestão corrente do exercício, não era possível fazer qualquer despesa. Hoje e no ano económico anterior, em 2022 que estamos agora a falar e não estamos neste momento a aprovar o orçamento, neste momento estamos, porque as contas individuais tanto da autarquia como da empresa, da EMARP já vieram a esta Assembleia, agora são as contas consolidadas. Não estamos a aprovar o relatório de contas que isso foi, o orçamento foi em dezembro, depois veio em abril e agora estamos novamente, estamos aqui em julho para o relatório de contas consolidadas e as questões que levantam são por isso, é o que eu na minha intervenção anterior disse, foram questões que já foram levantadas anteriormente sobejamente esclarecidas pela senhora Presidente e pelo senhor Vice-Presidente na altura e que agora voltam a ser levantadas, e então para reforçar a questão do IMI e do IMT, o IMT realmente tem vindo a crescer devido ao investimento que tem acontecido, o IMI tem vindo a baixar, portanto, a receita que vem daí não é verdade que tem vindo sempre a crescer. ------

-----Depois, relativamente aos concursos públicos, numa coisa nós concordámos em várias coisas, discordámos, ou seja, concordámos, discordámos nalgumas coisas, mas existem outras que concordámos decididamente, todos queríamos fazer mais obra, decididamente todos queríamos cumprir o plano. O executivo que está neste momento em exercício planeou, pensou, queria ter uma série de obras para executar e gostava nesta altura de ter todo o seu, tudo o que planeou fazer gostava imenso que já tivesse acontecido, é impensável, porque só quem não está deste lado é que não sabe o trabalho que dá fazer um concurso público, orçamentar e é preciso, não vamos orçamentar por mil e depois colocar o concurso por quinhentos, porque não poderíamos fazer isso, assim também não podemos orçamentar em mil e depois ir para o concurso a três mil que existem regras para o fazer e ninguém quer ter concursos desertos, porque um concurso deserto e se é um concurso então que vai a tribunal de contas, estão a ver as voltas que esse concurso tem que dar, é mais de um ano, um ano e meio até se conseguir ter outro concurso, ter outro procedimento e conseguirmos na realidade depois adjudicar uma obra. Por isso, vocês dizem na realidade e bem, porque nós também queremos, nós temos um plano, queremos cumpri-lo, mas na





realidade temos grandes dificuldades, sem nos querermos escudar evidentemente na questão do Covid e na questão da guerra, mas houve aqui tomadas de posição principalmente nessa altura, na questão de quando tivemos o Covid é, temos um orçamento, temos um saldo excedente, mas não sabemos quais as necessidades das pessoas e achámos por bem dar, privilegiar o apoio às pessoas e às empresas que passaram grandes dificuldades nessa altura. Mesmo assim conseguimos ter um saldo sobrante e como tal fizemos um abate extraordinário na dívida de dez milhões, no sentido de consequirmos ultrapassar o endividamento e conseguirmos então, ultrapassar, quer dizer, fazer com que estejamos acima do endividamento para depois podermos ainda voltar a mexer no IMI. Por isso, ainda estamos a abater mais depressa do que o previsto e esperamos no final deste ano voltar a abater conforme a senhora Presidente também já disse aqui em Assembleia. Por isso, penso que concordámos em bastantes pontos e existem outros que inevitavelmente pelas nossas divergências na realidade concordámos que discordámos. ----------Relativamente à questão que colocou da estratégia local de habitação. Quando a estratégia local de habitação e o acordo foi celebrado com a ERU, era realmente numa lógica de empréstimo como acabou de ler. Entretanto, saiu o PRR, nessa altura não existia o PRR aprovado e por isso todos esses projetos que estão aí vão ser financiados por PRR. Por isso, tivemos que deixar de ter esse escalonamento que temos nesse momento, sendo que o projeto é até 2030 e esse acordo que foi celebrado é para ser executado até 2030 e agora tivemos que nos focar nos projetos que têm de ser terminados até 2026, sendo eles Coca Maravilhas, 25 de Abril, Cabeço do Mocho e reabilitação do edificado das seiscentas e qualquer coisas habitações que se está a olhar para o acordo, está a olhar para ele e esses são os projetos que nós nos vamos focar neste momento e que serão todos financiados por PRR, ou seja, não vai haver investimento do orçamento autárquico, será todo a cem por cento. Posso-lhe dizer que tirando os dois projetos que já estão submetidos e projetos terminados, o Cabeço do Mocho a infraestrutura está a terminar, temos o projeto do edificado um bocadinho mais atrasado e o levantamento de todas as habitações do município já foi feito, o relatório foi entregue a semana passada e assim que estiver em condições será submetido, neste momento não tenho prazo, mas será submetido também à semelhança da 25 de Abril e da Coca Maravilhas. Destes todos o que está um pouco mais atrasado é Cabeço do Mocho, mas ainda vamos submetê-lo a PRR, podemos é não cumprir o prazo nesse caso. Disse. ------------Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega Paulo Jorge Nascimento <u>Canha</u>, obrigada senhora Presidente em exercício pela resposta, então pelo que depreendo das suas palavras, este acordo praticamente está anulado, certo? Fica sem efeito, porque este acordo que foi estabelecido com o ERU em 2021 que tinha um plano de execução de mil cento e cinquenta e quatro fogos espalhados por várias zonas da cidade ou do concelho, em que implicava segundo aqui a cláusula número três de um acordo de cinquenta e seis milhões de euros, sendo trinta e dois em empréstimo bonificado, sendo assim aquilo que me está a dizer é que vai ser anulado e parte deste investimento vai ser transposto através de aquisição de investimento do PRR. É isso? Muito obrigado. -----------Senhor Presidente, eu gostava depois de obter uma resposta.





-----Ficou com o uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício <u>Carlos Alberto</u> Garrinho Gonçalves Café, para dizer que só responde se quiser. -----------Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega Paulo Jorge Nascimento <u>Canha</u>, ah, ok! Responde se quiser, então eu gostava de fazer outra intervenção. Está bem, está bem. Obrigado. Gostava só de terminar para fazer outra intervenção. Só para terminar com duas notas, muito obrigado. E terminar com duas notas por aquilo que foi aqui dito, duas notas de rodapé pelo seguinte, que é, fala-se muito hoje em dia das maiorias e das maiorias absolutas, quer em termos nacionais, quer em termos locais, a bancada aqui Chega só gostaria de recordar, quer em sede de reuniões de Câmara com os vereadores, nomeadamente com o representante do Chega que é um vereador sem pelouro, não permanente, exatamente falta-me o termo técnico e quer aqui de nós próprios nunca vimos nenhuma proposta aprovada, nem uma e cremos nós e em consciência que as propostas não eram nenhuma que implicasse o que é que quer que seja de negativo para a cidade e para os cidadãos de Portimão, bem pelo contrário e apresentamos propostas que vão desde a juventude aos mais experientes passando por vários setores. Portanto, gostava de recordar essa nota de rodapé em relação àquilo que foi aqui dito. -----------Depois, quanto à legitimidade do poder e de quem ganhou as eleições, eu quero recordar que o Partido Socialista ganhou as últimas eleições com oito mil e seiscentos votos em mais de cinquenta mil eleitores possíveis. Portanto, esta legitimidade há quem coloque em causa, mas a democracia é exatamente isto e o método de contagem é exatamente este. Portanto, o Partido Socialista é poder em Portimão com oito mil e seiscentos votos, mais de cinquenta mil possíveis. -----------Depois, outra questão que eu gostava também de deixar aqui recordado a propósito do sistema e daquilo que temos vivido em Portimão e durante estes últimos cinquenta anos e o modelo redistributivo. Isto é fácil tirar cem a quem mais produz, dividir por quatro e dar vinte e cinco a quem não faz nada, perde-se um voto por um lado e ganha-se quatro por outro e é isto que nós temos assistido nos últimos cinquenta anos e, portanto, isto leva-nos para outros patamares de discussão provavelmente e aqueles que me estão agora a criticar não é o local para dizer estas coisas naquilo que é uma deliberação de contas, mas eu gostava de deixar isto à reflexão daqueles que aqui estão presentes e aproveitar para dizer que existe a necessidade de efetivamente se alterar a forma de fazer política autárquica cortando com metodologias que privam definitivamente o futuro de todos, devendo existir cuidado entre o cego interesse público em contraponto com a limitação da ação fundamental do poder local na implementação de políticas e estratégias que beneficiem positivamente todos sem exceção. Assim, iremos continuar a fazer uma fiscalização, no sentido de perceber exatamente que atos de gestão continuarão a ser efetuados no presente e no futuro. Tenho dito e obviamente vamos votar contra. -----------Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS José Manuel Figueiredo Santos, na verdade, gostaria de em síntese dar também e uma vez que hoje estamos em dias de notas de rodapé, as notas de rodapé são importantes de facto e muitas vezes não podemos descorar essas notas de rodapé. Bem, eu quero falar como cidadão deste país, quero falar como algarvio, quero falar como portimonense, mas





sobretudo detesto falar desse jeito tão bacoco, tão provinciano, tão bairrista, eu desejaria e para isso luto, ser cidadão do mundo. E ser cidadão do mundo, é entrar no mundo do outro e tentar compreender o outro de forma empática e ajudar o outro e, portanto, não venho com notas pessoais a tentar fulanizar a política dizendo, «este indivíduo é um académico, está fora da realidade, geralmente é assim, os académicos são uns teóricos, estão fora da realidade, são os alienados da realidade e isto, quem percebe disto é aquela pessoa, são aquelas pessoas que de facto entregues aos números, não é, têm a veleidade de sistematicamente interromper os outros, que é uma falta de educação tremenda», mas descurando essa questão do bairrismo e da acusação de que efetivamente em termos de prática política nós pouco fizemos, cuns diabos, quem não fez, quem não se lembra de Pedro Nunes? Quem não se lembra do que aconteceu à saúde no nosso concelho. Bem, de facto quem vem demagogicamente dizer que a autarquia nada dá aos portimonenses, esquece que durante a pandemia saíram milhões para os indivíduos mais desfavorecidos social e economicamente. Esquece isso, mas esquece também que foram apoiados os empresários da nossa cidade. Não podemos fazer demagogia a propósito de impostos. Claro está que as contas públicas têm regras, mas independentemente disso, eu vou passar em claro as regras das contas públicas, para dizer ao senhor deputado do PAN que peço imensa desculpa pelo meu lapso linguee, porque era sabido que eu estaria a dirigir-me ao senhor deputado Pedro Mota, mas uma vez que, enfim, aludiu à minha argumentação, eu quero dizer-lhe que talvez valha a pena e agora de uma forma presunçosa, arrogante e cínica, que é algo que eu não gosto de fazer, é dizer que efetivamente nós não podemos coar a realidade com o coador, nós temos que ter uma visão complexa da realidade complexa que ela é. Isto para dizer o quê? Olhe, eu tenho uma publicação que se chama turismo residencial formas de estar noutro lugar, publicações da Colibri. Então, vale dizer que se o senhor tiver a ousadia de o ler, perceberá que o turismo residencial é uma das fontes de receita extraordinárias neste país, nesta região. Espero que o senhor dos números concorde comigo, portanto não vale a pena por conta de estarmos na oposição nós negligenciarmos a complexidade daquilo que é, não é, o mundo cosmopolita que nós pretendemos, não é? Numa região turística e, enfim, negligenciando de facto esse cosmopolitismo urbano que acabou de mencionar, que para nós tem que ter tanto valor um colar quanto tenha, ou seja, e por aí fora. Não importa que nós não caiamos em lugares comuns de olhar os outros em função da sua nacionalidade. Acima da nacionalidade dos homens estão os próprios homens e espero que concorde comigo pelo menos neste aspeto e que perceba que de facto todos eles podem e devem constituir fonte de riqueza para a nossa região. Portanto, são pessoas que têm outras experiências, outros modos de estar, outros modos de ser e, portanto, a multiculturalidade é algo efetivamente desejável e bom para esta região. Isto para dizer que eu não cabulei muito na vida académica, como se possa pensar, isto para dizer que há um resultado que advém do conhecimento científico e que muitas das vezes é transportado para a política, porque se nós transportamos para a política elementos que decorrem exclusivamente do foro ideológico, é óbvio que aí fica complicado dar credibilidade ao modo de fazer oposição. E eu digo isto pelo seguinte. Então eu fico-me por aqui, apenas realmente para dizer que o senhor deputado Paulo Canha referiu os





últimos cinquenta anos. Os últimos cinquenta anos também são produto dos anteriores cinquenta anos, ou seja, a nossa história não pode ser espartilhada, não pode ser digamos fragmentada, a nossa história é um contínuo, não é? E, portanto, nós temos a vicissitudes que temos, posso apreciar um primeiro mandato no Salazar e posso denunciar um segundo, por exemplo, não é? Agora, note, remetendo aqui para a nossa questão da aceitação ou não de propostas. Pois, é desejável que de facto se perceba que nós não temos rigorosamente nada em desabono do Chega, o Chega é um partido com assento legitimado na nossa sociedade, na nossa organização política e consequentemente qualquer não aceitação ou recusa de uma proposta não pode advir de um estigma que foi usado relativamente ao Chega que foi, mas que o Chega também se cuidou de, enfim de se fazer a ele, não é? Isto para dizer o seguinte. As correntes de pensamento são sugestivas de modos de agir. Se efetivamente eles não encontram eco, não é, dificilmente são aceites, mas isto é politicamente incorreto aquilo que eu vou dizer. Os senhores não podem desistir de apresentar as vossas propostas só porque as vossas propostas não têm sido aceites. Agora, espero bem que haja espaço de conciliação de interesses, porque nós estamos disponíveis para acordar esses aspetos que porventura possam interessar a Portimão? Naturalmente que sim, nós não temos em relação ao Chega qualquer sentido de minimização ou de falta de legitimação. Nada disso, até porque inclusive em termos locais as pessoas relacionam-se de uma forma fraterna, amiga e isso as relações informais por vezes são até um bom fator de alavancagem de concordâncias, de esbatimento de divergências, mas temos que admitir que a democracia é isto, a nossa democracia é adversativa, portanto é necessário por vezes trabalharmos mais diretamente, mais em comum e sermos digamos mais insistentes para que essas propostas vinguem se é que efetivamente acreditamos nelas, portanto nós temos o mesmo problema. Então, isto para dar esta nota, enfim, de final de argumentação para já para o imediato, não é? Muito obrigado. -----

------Não havendo mais intervenções, o Presidente em exercício, <u>Carlos Alberto Garrinho Gonçalves</u> <u>Café</u> submeteu à votação o ponto 2-a) Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas





VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	0	0	0	0	15
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	2	0	1	0	3
VOTOS CONTRA	0	5	2	0	0	1	0	0	8

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----------Foram aprovados, por maioria, os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Grupo Municipal, relativos ao exercício económico de 2022, nos termos da Proposta - Deliberação de Câmara nº 402/23. -----Não esteve presente a Senhora Deputada Municipal da bancada do Chega Patrícia Alexandra ---- A bancada da Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS- PP/Nós Cidadãos/Aliança), e a Deputada Independente, Ângela Quadros, ausentaram antes da votação. ---------- Em seguida, o Presidente em exercício, Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café, informou que se seguia para debate, o ponto 2-b) Discussão e votação das minutas dos Protocolos a celebrar entre o Município de Portimão e a Freguesia de Alvor e entre o Município de Portimão e a Freguesia de Portimão, Projeto "Praia Acessível" 2023, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 371/23. -----**-----Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Viana**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que ao analisarem a proposta de celebração dos protocolos com a Junta de Freguesia de Portimão e a Junta de Freguesia de Alvor para a continuidade do projeto "Praia Acessível", expressam desde já ali o seu total apoio à proposta de celebração dos referidos protocolos. No entanto, apraz-nos questionar porque é que o projeto não se expande para outras praias do concelho, a fim de proporcionar acesso e usufruto balnear a um maior número de pessoas com deficiência ou necessidades especiais. --------- A inclusão de mais praias acessíveis aumentaria as oportunidades de lazer e recriação para esse grupo, contribuindo para a sua inserção social e qualidade de vida. Embora não tenham sido fornecidos números específicos sobre a execução dos protocolos dos anos anteriores em relação aos acessos realizados através do programa "Praia Acessível", entendemos que a acessibilidade em praias para pessoas com deficiência ou necessidades especiais é uma necessidade essencial para promover a inclusão social e a qualidade de vida desses indivíduos. ----------Acreditamos que a continuidade de protocolo é uma medida válida para garantir a acessibilidade e o usufruto balneário a um grupo vulnerável da população. Assim, somos da opinião que devem ser recolhidos

e divulgados dados estatísticos da execução dos protocolos que obviamente esperamos que sejam aqui





aprovados para o presente ano, incluindo o número de pessoas beneficiadas, o impacto na qualidade de vida e a satisfação dos usuários. Essas informações permitirão no futuro uma avaliação mais precisa da eficácia de programa e fundamentarão futuras decisões relacionadas à sua expansão e melhoramento. -------Dito isto, manifestamos aqui o nosso voto favorável à aprovação dos protocolos. Disse. -----------Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS José Manuel Figueiredo Santos, nós temos nesta solicitação uma, e eu vou procurar ser muito lacónico, temos um espaço de confluência para aquilo que é uma prática política, contributiva de uma sociedade mais inclusiva. Temos aqui uma nota de solidariedade social que não advém de um assistencialismo, mas de uma busca efetiva e de uma conceção de pessoa inteira. Nesse aspeto, nós congratulamo-nos com a argumentação que produziu na sua pessoa e alinhamos, enfim, com o PSD nessa postura, uma postura reivindicativa, de que a cidade consiga alcandorar-se no sentido de obter mais espaço, por exemplo, para que não digam que o fulano é um académico que está fora do mundo. Quando nós vamos a Albufeira, temos lá um elevador na praia que por sinal é detestável, na exata medida que não é discreto, mas haverá políticos mais discretos que consigam fazer elevadores mais discretos, ou seja, Portimão precisa, nós precisamos de pensar que a nossa sociedade é uma sociedade maioritariamente envelhecida e consequentemente, portanto assiste-nos o direito, o dever de pensar nos indivíduos mais vulneráveis. -----------No outro dia discutíamos a propósito do urbanismo, a dimensão de uma casa-de-banho. Nós de um momento para o outro temos um acidente de automóvel, ficamos em cadeira de rodas, portanto inválido não é o outro, inválido é um pensamento acerca do espaço que nos comprime, que nos define nesse espaço e obviamente nos isola e nos exclui. Portanto, acolho perfeitamente as suas palavras e louvo-as. Muito obrigado. ----------Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, antecipadamente digo também que a nossa opinião, e vamos acompanhar esta ideia, aliás não é nova, o ano passado já veio aqui também, exatamente com os mesmos valores, parece-nos a nós é que é poucochinho, acho que poderia haver bem mais ambição nesta matéria, aliás, porque está muito condicionada a dois locais, praia do Vau e praia de Alvor, acho que, até por questões discutidas há bem pouco tempo e os resultados positivos da autarquia, acho que oito mil e quatrocentos euros para uma ação destas, podendo obviamente ser alargada porque não à praia da Marina, ou porque não, a uma zona central da praia da Rocha também e, portanto, penso que deveria ter havido aqui, ou poderia haver mais ambição e, portanto, fica esta sugestão também até para o reforço do orçamento para o próximo ano, porque nos parece até pelas contas que aqui estão, são necessários três monitores dos quais é necessário depois se pagar quinhentos e quarenta euros a cada monitor durante quatro meses, também não deve ser fácil, porque se isto fosse concurso público provavelmente era mais um concurso público vazio, mas como é monitores se calhar é mais fácil, a jovens e, portanto, acho que fica esta ideia e esta sugestão ao executivo para não ser tão parco num investimento numa área destas e onde temos uma zona balnear bastante abrangente. Tenho dito. ------





-----Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que acha que os senhores deputados já falaram sobre isso. Eu acho que só duas praias com "Praia Acessível" acho pouco para a dimensão de Portimão, acho que a praia da marina ou mesmo naquela zona desportiva é de fácil acesso e poder-se-ia ir ali mesmo junto ao Molhe, do lado direito podia existir uma praia acessível, e também o senhor deputado disse bem e falou bem do PS, nós temos o elevador ali na Santa Catarina é uma questão de ele voltar a funcionar com as regras que hoje são exigidas. Tenho dito. -----Ficou com o uso da palavra, a senhora vereadora da Câmara Municipal Teresa Filipa dos Santos Mendes, dizer que a praia da Rocha também tem uma zona acessível, ou seja, no edifício que dá acesso à área desportiva da praia da Rocha através de uma rampa, temos o carrinho também lá dentro, aí fazemos com os nossos técnicos. Portanto, na realidade são três praias só que só protocolámos duas praias. Percebo, poderia ser em todas as praias, mas isso significa que todas as praias tinham que ter rampas de acesso, todas as praias e depois na realidade e o relatório que não veio e que sei que o senhor Vice-Presidente faz isso com as juntas de Freguesia, o número de utentes não justificam uma zona de acesso e um carrinho que implica aquele carrinho, o carrinho implica ter manutenção, implica uma pessoa especializada para o fazer que não basta ser um voluntário, porque é preciso saber fazer o transporte da pessoa da cadeira de rodas para o carrinho e isso faz com que tenhamos realmente praia da Rocha, Vau e Alvor, temos três praias e até à data, penso que pelo menos nunca tivemos nenhum utente com mobilidade reduzida que reclamasse de alguma forma que não consegue aceder, ou não consegue ir à praia. Disse. ------Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega Paulo Jorge Nascimento Canha, esqueci-me só de fazer referência aqui, enfim, eu acredito e já calculava que houvesse também aqui algumas dificuldades orçamentais com esta matéria, até porque o ano passado e eu a falar agora aqui com o meu colega, não me lembrei, mas o ano passado isto acho que foi referido, até melhorar as condições dos próprios monitores e em vez de ser quatro meses seis meses, até para ter, enfim, uma capacidade diferente, mas também nós não nos podemos esquecer e tem razão com a questão que falou agora do outro lado de lá da praia junto à praia da Marina, mas nós não nos podemos esquecer que atualmente estamos a assistir a um grande evento na praia da Rocha, existe uma coisa que se chama lei do mecenato, ainda há bem pouco tempo, ainda ontem lá estive, andei a ver preços de bilhetes, fiz alguma investigação, há pessoas daquelas a pagar quinhentos, seiscentos, setecentos euros de bilhete, é bom para a sociedade, para a economia, nada disso está em causa, há ali tendas segundo sei a doze, treze, catorze mil euros, portanto as pessoas que cá vêm têm poder económico e eu continuo aqui a relacionar isto que é, de que forma é que a autarquia também tem esta capacidade de influenciar estes promotores a deixar uma marca de responsabilidade social naquilo que é o auxílio à autarquia relativamente a algumas destas matérias, quando existem dificuldades orçamentais e que muitas vezes não se deveria esquecer delas. Tenho dito. Obrigado. -----

-----Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que só queria aqui um esclarecimento. Quando falou da praia da Rocha, por acaso eu desconhecia na





VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	2	0	2	1	1	0	26
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

obtido o seguinte resultado:-----

Foram aprovadas, **por unanimidade**, as minutas dos Protocolos a celebrar entre o Município de Portimão e a Freguesia de Alvor e entre o Município de Portimão e a Freguesia de Portimão, Projeto "*Praia Acessível*" 2023, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 371/23.**Não esteve presente a Senhora Deputada Municipal da bancada do Chega Patrícia Alexandra Gonçalves Ferro.

A bancada da Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS- PP/Nós Cidadãos/Aliança), e a Deputada Independente, Ângela Quadros, já se haviam ausentado antes da discussão pelo que estavam ausentes no momento da votação.

-----Não havendo mais intervenções e terminada a ordem de trabalhos prevista para esta reunião, quando eram zero horas e catorze minutos, o Presidente em exercício, <u>Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café</u> deu por concluída a 4ª Sessão Extraordinária de dois mil e vinte e três, realizada no dia trinta de junho, e para constar se lavrou a presente ata, que tem como suporte a transcrição dos registos fonográficos

efetuados da gravação, de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, de acordo com o artigo setenta e um do Regimento.-----

^(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/ Nós Cidadãos/Aliança). ------





De acordo com o instituído no número 6 do artigo 49º da Le	ei nº 75/2013 de 12 de setembro, ben
como o número 11º do artigo 40º do Regimento da Assembleia N	lunicipal de Portimão, relativamente à
questões formuladas pelos cidadãos, não foi rececionada resposta	por parte da Câmara Municipal
E eu, Telma Maria Nunes Matias	Assistente Técnica, a prestar serviç
no Gabinete da Assembleia Municipal Portimão a elaborei e assino	, bem como os elementos componente
da Mesa da Assembleia Municipal de Portimão:	
da Mesa da Assembleia Manicipal de Fortinao.	
O Presidente em exercício da Mesa da Asse	embleia Municipal
(Carlos Alberto Garrinho Gonçalves	s Café)
P´lo 1º Secretário da Mesa da Assembl	eia Municipal
(José Júlio de Jesus Ferreira)	
P´la 2ª Secretária da Mesa da Assembl	eia Municipal
(Alzira Maria Maças Calha)	